



Demonstrações Financeiras

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração	03
Balanços patrimoniais	09
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas as demonstrações financeiras	16
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas	78
Parecer do Conselho Fiscal	83
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria não Estatutário	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	89

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nesse trimestre a Companhia direcionou esforços para o crescimento das vendas na unidade Eluma, que foi impactada ao longo do ano pela retração do mercado nas suas principais linhas de produtos. Período também em que avaliamos as dificuldades encontradas com a operação da nossa unidade Caraíba no processo de produção via utilização de Sucatas de Cobre. Onde decidimos por hibernar a planta e estabilizar os níveis de gastos dentro de um patamar aceitável para o nosso fluxo de caixa. A Companhia se mantém atenta as possibilidades de mercado e espera que muito em breve tenhamos retomado a produção regular.

Em alinhamento aos processos de reestruturação das nossas dívidas e atendimento ao nosso Plano de Recuperação Judicial, realizamos a abertura da 7ª Janela do Pedido de Conversão, visando que os credores com interesse em converter seus créditos em ações da Companhia pudessem fazê-lo. Tivemos também, a 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações. Todos eventos aprovados em reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

A nossa unidade em Santo André - SP, se manteve afetada pela retração do mercado ao longo de todo o ano. Apresentando sinais de recuperação nesse último trimestre, onde atingiu um volume de venda de 5.933 toneladas. Na consolidação com a unidade da Bahia, atingimos no ano um total de 36.457 toneladas. Volume 7% superior quando comparado ao ano de 2024.

Ainda com impactos de parcelas ociosas, pelo perfil de nossos custos, que na sua maioria são representados por custos fixos, trabalhamos numa gestão efetiva afim de obtermos melhor aplicação e controle desses gastos. O que nos garantiu uma redução de 6% dos nossos custos fixos em comparação ao ano anterior.

Nosso Fluxo de Caixa Operacional tem sido positivos nos últimos trimestres. Reflexos de estratégias comerciais, operacionais e financeiras, que têm contribuído para a sustentação do negócio nesse momento desafiador de obtenção de Capital de Giro e retração do mercado.

Em relação à dívida do Acordo Global, a Companhia segue em negociação com os credores com o intuito de encontrar soluções para equacionamento de seu passivo.

Seguimos investindo esforços para trazer um melhor equilíbrio operacional para nossas unidades, buscando manter nossos compromissos com os parceiros atuais e na procura por novas fontes de financiamento, que nos permita elevar nossos volumes de venda.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todo nosso corpo de empregados, clientes, fornecedores, acionistas e demais parceiros pela confiança e apoio.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Líquida

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	4T25	Δ %	2024	2025	Δ %
Cobre Primário	(31)	0	n.a	(204)	28.974	14303%
% das Receitas	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	0,0%	5,2%	5,2 p.p.
Produtos de Cobre	129.578	106.543	-18%	454.970	503.483	11%
% das Receitas	99,6%	91,9%	-7,8 p.p.	98,9%	89,5%	-9,3 p.p.
Vergalhões, Fios e outros	19.269	9.279	-52%	32.815	79.990	144%
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	110.309	97.264	-12%	422.155	423.494	0%
Coprodutos	534	9.440	1668%	5.160	29.977	481%
% das Receitas	0,4%	8,1%	7,7 p.p.	1,1%	5,3%	4,2 p.p.
Receita Líquida Total	130.081	115.983	-11%	459.926	562.434	22%
Mercado Interno [%]	58,8%	47,9%	-11,0 p.p.	57,0%	55,3%	-1,7 p.p.
Mercado Externo [%]	2,7%	16,4%	13,7 p.p.	4,2%	11,9%	7,7 p.p.
Transformação [%]	38,5%	35,8%	-2,7 p.p.	38,8%	32,8%	-6,0 p.p.

A Receita Líquida do 4T25 foi de R\$ 116 milhões, menor 11% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Reflexo da hibernação temporária da unidade de Dias d'Ávila - BA. No ano de 2025 alcançamos uma Receita Líquida de R\$ 562 milhões, patamar 22% acima dos números obtidos em 2024. Resultado do crescimento das vendas na unidade Caraíba e do aumento das vendas na modalidade Integral na unidade Eluma.

Lucro Bruto

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	4T25	Δ %	2024	2025	Δ %
Receita Líquida	130.080	115.985	-11%	459.926	562.435	22%
CPV Total	(201.423)	(244.715)	21%	(623.528)	(795.622)	-28%
(-) Custo do Metal	(94.131)	(190.929)	103%	(241.540)	(445.811)	-85%
(-) Custo de Transformação	(107.292)	(53.786)	-50%	(381.988)	(349.811)	8%
CPV Total/tonelada vendida ¹	20,2	38,8	92%	18,3	22,0	20%
Custo do Metal/tonelada vendida ¹	9,5	30,3	220%	7,1	12,3	73%
Custo de Transformação/tonelada vendida	10,8	8,5	-21%	11,2	9,7	-14%
Prejuízo Bruto	(71.343)	(128.730)	80%	(163.602)	(233.187)	-43%
% das Receitas	-54,8%	-111,0%	-56,1 p.p.	-35,6%	-41,5%	-5,9 p.p.
Lucro Bruto Ajustado (Ociosidade)	(17.059)	(91.457)	436%	37.297	(40.839)	-209%
% das Receitas	-13,1%	-78,9%	-65,7 p.p.	8,1%	-7,3%	-15,4 p.p.
Prêmio	35.949	(74.944)	-308%	218.386	116.624	-47%
Prêmio/Receita Líquida [%]	27,6%	-64,6%	-92,3 p.p.	47,5%	20,7%	-26,7 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	3,6	(11,9)	-429%	6,4	3,2	-50%

O Lucro Bruto Ajustado no 4T25 de R\$ 91 milhões negativos, decorrente da provisão para Impairment dos estoques em processo da Fundação da unidade Caraíba. Efeito que impactou o resultado anual, resultando em um Lucro Bruto Ajustado negativo de R\$ 41 milhões em 2025.

O Lucro Bruto Ajustado elimina os efeitos da ociosidade que impactaram o resultado.

Custos Fixos (incluindo Ociosidade)

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	4T25	Δ %	2024	2025	Δ %
Custos Fixos incluindo ociosidade	(93.517)	(62.868)	-33%	(335.522)	(316.387)	-6%

A Companhia realizou R\$ 63 milhões de custos fixos incluindo ociosidade no 4T25, uma redução de 33% em relação ao mesmo período do ano anterior. Redução devido a adequação dos custos para hibernação da unidade Caraíba. Em 2025 foi de R\$ 316 milhões, sendo 6% abaixo dos custos realizados no ano anterior. Resultado das estratégias e projetos de redução de custos que foram implantados pela companhia com o envolvimento do seu corpo de empregados.

Despesas Operacionais

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	4T25	Δ %	2024	2025	Δ %
Total de Despesas	(44.070)	(16.792)	-62%	(275.757)	(366.166)	33%
Despesas com Vendas	(2.639)	(2.174)	-18%	(9.693)	(8.632)	-11%
Despesas Gerais e Administrativas	(18.365)	(23.613)	29%	(72.509)	(82.884)	14%
Outras Operacionais, Líquidas	(23.066)	8.995	-139%	(193.555)	(274.650)	42%

No 4T25 as Despesas Operacionais foram de R\$ 9 milhões positivos. Impacto das reversões de demandas judiciais que migraram de provável para remotas e pela Recuperação de impostos extemporâneos. Em 2025 temos um total de R\$ 275 milhões, principalmente pelas provisões de Contingências Trabalhistas e Fiscais em R\$ 22 milhões. Já as Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas foram maiores 11%, devido aplicação de dissídio coletivo e gastos com serviços decorrentes da Recuperação Judicial.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	4T25	Δ %	2024	2025	Δ %
Principais itens-Outras Operacionais Líquidas:						
Provisões contingências trabalhistas e fiscais	(8.335)	759	109%	(99.030)	(22.180)	78%
Provisões diversas	(2.002)	(489)	76%	(7.162)	(2.968)	59%
Exclusão ICMS na base calculo do PIS/COFINS	0	0	n.a	(3.773)	0	n.a
Total de Itens Não Recorrentes	(10.337)	270	103%	(109.965)	(25.148)	77%
Total de itens Recorrentes	(12.729)	8.725	42%	(83.590)	(249.502)	-198%

EBITDA

	4T24	4T25	Δ %	2024	2025	Δ %
Lucro (prejuízo) Líquido	(809.511)	(570.521)	30%	(2.138.610)	(1.331.490)	38%
(+) Impostos	(645)	10.592	1742%	(14.614)	9.245	163%
(+) Resultado Financeiro Líquido	694.743	414.407	-40%	1.713.865	722.892	-58%
EBIT	(115.413)	(145.522)	-26%	(439.359)	(599.353)	-36%
(+) Depreciações e Amortizações	22.469	15.307	-32%	93.731	85.352	-9%
EBITDA	(92.944)	(130.215)	-40%	(345.628)	(514.001)	-49%
% das Receitas	-71,5%	-112,3%	-40,8 p.p.	-75,1%	-91,4%	-16,2 p.p.
 EBITDA AJUSTADO	 (82.607)	 (130.485)	 -58%	 (235.663)	 (488.853)	 -107%
% das Receitas	-63,5%	-112,5%	-49,0 p.p.	-51,2%	-86,9%	-35,7 p.p.

O EBITDA Ajustado, que exclui os efeitos de LME e Dólar no estoque, contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o 4T25 negativo em R\$ 130 milhões, sendo 40% inferior que o mesmo período do ano anterior. Reflexo da hibernação da nossa unidade em Dias d'Ávila- BA e do movimento atípico no mercado que afetou a unidade de Santo André - SP. Em 2025 fechou em R\$ 514 milhões negativos. Resultado 49% abaixo aos R\$ 346 milhões negativos de 2024. Impactados pela restrição de caixa e da suspensão temporária das atividades na unidade da Bahia.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

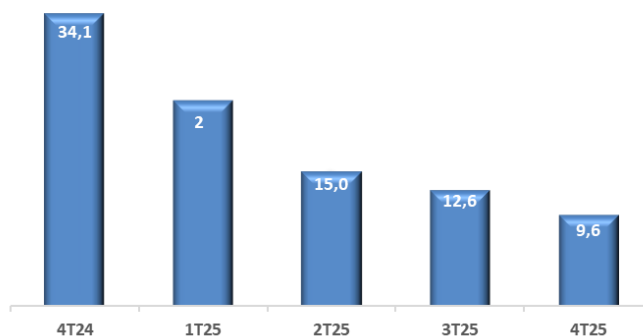
O Prejuízo Líquido em 4T25 foi de R\$ 571 milhões, impactado principalmente pela atualização cambial e de juros das nossas dívidas. Quando excluídos os efeitos dos encargos financeiros e outros efeitos não recorrentes, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 102 milhões. Em 2025, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 1.331 milhões, impactado principalmente pelos encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos de R\$ 733 milhões e dos reconhecimentos de perda por redução do valor recuperável dos ativos de R\$ 194 milhões, além de valores de Ociosidade em R\$ 198 milhões.

Através do seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), a empresa espera obter maior acesso às linhas de financiamento para capital de giro e aumentar o seu volume de produção e vendas trazendo equilíbrio para seus resultados.

Geração de Caixa Operacional

A Companhia obteve um Fluxo de Caixa Operacional positivo em 4T25 de R\$ 10 milhões. Resultado do melhor mix de vendas, do controle efetivo dos custos e de negociações e tratativas com fornecedores e compromissos tributários. Estratégias que resultaram em gerações de caixa operacional positivas ao longo de 2025.

Caixa Operacional (R\$ milhões)



Endividamento

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo	4.884.263	4.734.521	4.843.750	4.786.123	5.670.892
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	354.311	487.963	455.182	536.321	44.203
Empréstimos Bancários Totais	5.238.574	5.222.484	5.298.932	5.322.444	5.715.095
Custos de Transação - reperfilamento	(21.496)	(20.154)	(18.809)	(17.466)	(16.123)
Empréstimos Totais	5.217.078	5.202.330	5.280.123	5.304.978	5.698.972
Operações com forfaiting e cartas de crédito	21.165	30.109	25.492	14.875	14.805
Instrumentos Financeiros Derivativos Passivo	0	0	0	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativo	(196)	0	0	0	0
Dívida bruta	5.238.047	5.232.439	5.305.615	5.319.853	5.713.777
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.524	1.408	1.451	2.140	2.166
Aplicações Financeiras	33.920	34.886	35.788	37.983	39.287
Banco conta vinculada	0	0	0	0	0
Dívida Líquida	5.195.603	5.196.145	5.268.376	5.279.730	5.672.324
Dívida Curto Prazo(%)	93%	91%	91%	90%	99%
Dívida Longo Prazo (%)	7%	9%	9%	10%	1%

Em função do não pagamento da parcela da dívida do Acordo Global, no 4T22 houve a reclassificação das dívidas em renegociação para o passivo de curto prazo em conformidade com o CPC 26. Na posição de balanço de 4T25 o montante reclassificado é de R\$ 2.140,5 milhões, o que mantém o perfil da dívida com 99% para vencimento no curto prazo.

A Companhia segue em negociação com os Credores com o intuito de obter novas condições para o equacionamento de seu passivo.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Em Moeda Estrangeira	55%	54%	52%	53%	52%
Em Moeda Local	45%	46%	48%	47%	48%

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

O endividamento em moeda local representou 52% das dívidas no 4T25, em função do aumento dos aportes com parceiros financeiros locais para viabilizar as operações.

Recuperação Judicial

Medidas Gerais de Recuperação constantes no Plano:

- Retomada das Operações
- Concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos Créditos
- Venda parcial dos ativos do Grupo Paranapanema
- Obtenção de Novos Financiamentos

Resumo do quadro de Credores conforme posição contábil de 31.12.2025 e relatório do AJ (Administrador Judicial):

Classe de credores	Valor	Qtde
Classe I - Créditos Trabalhista	114.869	466
Classe II - Créditos com garantia real	10.494	1
Classe III - Créditos Quirografário	173.974	977
Classe IV - ME e EPP	4.315	61
Total	303.652	1.505

O plano detalhado encontra-se no site de Relações com Investidores da Paranapanema.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	05	362	6.384	2.166	8.524
Aplicações financeiras	05	39.287	33.920	39.287	33.920
Contas a receber de clientes	06	9.104	2.023	9.104	1.736
Estoques	07	89.905	271.750	89.905	271.750
Impostos e contribuições a recuperar	08	11.165	58.362	13.098	59.264
Outros ativos circulantes	09.1	29.731	12.229	29.730	12.229
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	196	-	196
Despesas antecipadas		16.748	10.308	16.748	10.308
Total do ativo circulante		196.302	395.172	200.038	397.927
Contas a receber de clientes	06	1.171	393	1.171	393
Impostos e contribuições a recuperar	08	34.652	7.604	34.652	20.196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	278	-
Depósitos de demandas judiciais	09.2	206.556	190.762	206.556	190.762
Outros ativos não circulantes	09.1	78.650	52.775	78.135	51.604
Despesas antecipadas		38.407	5.454	38.407	5.454
Total do realizável a longo prazo		359.436	256.988	359.199	268.409
Direito de uso de Ativo	15	4.331	6.656	4.331	6.656
Investimentos	10	20.777	24.654	-	-
Outros investimentos	11	25.463	25.701	25.463	25.701
Ativo imobilizado	12	615.442	925.018	615.442	925.018
Ativo intangível	12	2.689	3.391	2.689	3.391
		668.702	985.420	647.925	960.766
Total do ativo não circulante		1.028.138	1.242.408	1.007.124	1.229.175
Total do ativo		1.224.440	1.637.580	1.207.162	1.627.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores	13	651.356	639.105	651.363	639.112
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	9.021	15.777	9.021	15.777
Passivo de Arrendamento	15	2.613	3.770	2.613	3.770
Empréstimos e financiamentos	16	5.654.769	4.862.767	5.654.769	4.862.767
Salários e encargos sociais	17	242.810	77.132	242.810	77.132
Impostos e contribuições a recolher	18	718.905	537.797	720.930	537.798
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	74.733	72.724	74.733	72.840
Outros passivos circulantes	20	31.170	51.817	31.334	52.007
Total do passivo circulante		7.385.377	6.260.889	7.387.573	6.261.203
Fornecedores	13	181.142	156.327	181.142	156.327
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	5.784	5.388	5.784	5.388
Passivo de Arrendamento	15	1.718	2.886	1.718	2.886
Empréstimos e financiamentos	16	44.203	354.311	44.203	354.311
Salários e encargos sociais	17	10.182	12.014	10.182	12.014
Impostos e contribuições a recolher	18	35.774	103.749	35.774	103.749
Provisão para demandas judiciais	19	1.015.344	945.654	1.015.344	945.654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	54.119	55.991	54.119	57.305
Outros passivos não circulantes	20	34.883	26.217	15.409	14.111
Total do passivo não circulante		1.383.149	1.662.537	1.363.675	1.651.745
Total do passivo		8.768.526	7.923.426	8.751.248	7.912.948
Capital social	21.a	2.245.638	2.172.388	2.245.638	2.172.388
Custo de Capitalização		(5.375)	(5.375)	(5.375)	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	105.054	108.689	105.054	108.689
Ações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(9.888.662)	(8.560.807)	(9.888.662)	(8.560.807)
Patrimônio líquido	21	(7.544.086)	(6.285.846)	(7.544.086)	(6.285.846)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(7.544.086)	(6.285.846)	(7.544.086)	(6.285.846)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.224.440	1.637.580	1.207.162	1.627.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	22	562.435	459.926	562.435	459.926
Custo dos produtos vendidos	23	(795.622)	(623.528)	(795.622)	(623.528)
(Prejuízo) bruto		(233.187)	(163.602)	(233.187)	(163.602)
Despesas comerciais	23	(8.625)	(9.683)	(8.632)	(9.693)
Gerais e administrativas	23	(82.673)	(72.194)	(82.884)	(72.509)
Equivalência patrimonial	10	(3.877)	(1.778)	-	-
Outras despesas	24	(339.687)	(203.636)	(339.694)	(203.706)
Outras receitas	24	64.980	10.150	65.044	10.151
(Despesas) operacionais		(369.882)	(277.141)	(366.166)	(275.757)
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(603.069)	(440.743)	(599.353)	(439.359)
Despesas financeiras	25	(1.318.662)	(1.769.970)	(1.324.441)	(1.772.813)
Receitas financeiras	25	600.731	57.468	601.549	58.948
(Prejuízo) antes do Imp. de Renda e Contrib.Social		(1.321.000)	(2.153.245)	(1.322.245)	(2.153.224)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-	(344)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(10.490)	14.635	(8.901)	14.614
Imposto de renda e contribuição social		(10.490)	14.635	(9.245)	14.614
(Prejuízo) do período		(1.331.490)	(2.138.610)	(1.331.490)	(2.138.610)
(Prejuízo) básico por ação ordinária em reais				(13,57056)	(40,42195)
(Prejuízo) diluído por ação ordinária em reais				(13,57056)	(40,42195)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
(Prejuízo) do período	<u>(1.331.490)</u>	<u>(2.138.610)</u>
Outros componentes do resultado abrangente, liquidados dos efeitos tributários		
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Var. camb. investimentos exterior	-	(761)
	-	(761)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.331.490)</u>	<u>(2.139.371)</u>
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	(1.331.490)	(2.139.371)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(6.426.611)	113.864	(4.223.510)
Aumento de capital	21.b	102.822	-	-	-	-	-	102.822
Debêntures conversíveis em ação		-	(25.787)	-	-	-	-	(25.787)
Transações de capital com os sócios		102.822	(25.787)	-	-	-	-	77.035
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.g	-	-	-	-	-	(761)	(761)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial- custo atribuído do imobilizado	21.g	-	-	-	-	6.687	(6.687)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial- custo atribuído do imobilizado	21.g	-	-	-	-	(2.273)	2.273	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	4.414	(5.175)	(761)
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(2.138.610)	-	(2.138.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.172.388	-	(5.375)	(741)	(8.560.807)	108.689	(6.285.846)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.172.388	-	(5.375)	(741)	(8.560.807)	108.689	(6.285.846)
Aumento de capital	01	73.250	-	-	-	-	-	73.250
Transações de capital com os sócios		73.250	-	-	-	-	-	73.250
Realização do ajuste de avaliação patrimonial- custo atribuído do imobilizado	21.g	-	-	-	-	5.507	(5.507)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial- custo atribuído do imobilizado	21.g	-	-	-	-	(1.872)	1.872	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	3.635	(3.635)	-
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(1.331.490)	-	(1.331.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.245.638	-	(5.375)	(741)	(9.888.662)	105.054	(7.544.086)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) antes do IR e da CS		(1.321.000)	(2.153.245)	(1.322.245)	(2.153.224)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com recursos gerado pelas atividades operacionais					
Valor residual de ativo permanente baixado	12	-	2.062	-	2.062
Depreciação e amortização	12	79.759	86.628	79.759	86.628
Amortização direito de uso do ativo	15	5.593	7.103	5.593	7.103
Equivalência patrimonial	10	3.877	1.778	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	12	246.980	-	246.980	-
(Reversão) perda estimada do valor recuperável	06	(919)	(3.257)	(919)	(3.361)
Provisões para perdas no estoque	07	124.102	32.222	124.102	32.222
Outras Provisões		14.167	1.579	14.167	1.579
(Reversão) Provisão para perdas demandas judiciais	19	(969)	99.030	(969)	99.030
Ajuste a valor presente		(7.386)	641	(7.386)	641
Provisões e benefícios a Empregados	17	(206)	-	(206)	-
Encargos financeiros		574.172	1.729.689	579.919	1.729.872
(Prejuízo) antes do IR e da CS - ajustado		(281.830)	(195.770)	(281.205)	(197.448)
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de clientes	06	(7.085)	4.908	(7.372)	5.299
Estoques	07	57.714	3.594	57.714	3.594
Impostos e contribuições a recuperar	08	20.149	213.668	31.710	213.757
Despesas antecipadas		(39.393)	5.248	(39.393)	5.248
Depósitos de demandas judiciais	09.2	(15.794)	(156.241)	(15.794)	(156.241)
Instrumentos financeiros derivativos	28	177	1.212	177	1.212
Ativos mantidos para venda		544	-	544	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	09.1	(10.834)	(4.674)	(11.494)	(3.021)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	13	160.871	83.353	160.871	83.353
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	(2.358)	10.630	(2.358)	10.630
Impostos e contribuições a recolher	18	2.169	78.066	3.805	78.042
Provisão para demandas judiciais	19	(3.052)	1.163	(3.052)	1.163
Salários e encargos sociais	17	164.178	19.053	164.178	19.053
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	8.937	3.181	8.822	3.182
Outros passivos circulantes e não circulantes	20	6.649	5.555	(6.492)	8.893
Caixa gerado pelas operações		61.042	72.946	60.661	76.716
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	45	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		61.042	72.946	60.706	76.717
Atividades de investimento					
Aplicações financeiras	05	-	(1.009)	-	(1.009)
Aplicações financeiras resgatadas	05	-	1.009	-	1.009
Outros investimentos		238	(250)	238	(250)
Liquidação de sociedade controlada		-	1.636	-	-
Adições em imobilizado e intangível	12	(16.477)	(16.690)	(16.477)	(16.690)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(16.239)	(15.304)	(16.239)	(16.940)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital		3.618	1.320	3.618	1.320
Ingressos de empréstimos e financiamentos	16	427.194	459.092	427.194	459.092
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(408.498)	(437.122)	(408.498)	(437.122)
Pagamento de Juros s/ empréstimos	16	(61.610)	(57.342)	(61.610)	(57.342)
Pagamentos de passivos de arrendamento	15	(6.162)	(7.744)	(6.162)	(7.744)
Aplicações Conta Escrow	05	(5.367)	(9.542)	(5.367)	(9.542)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(50.825)	(51.338)	(50.825)	(51.338)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(6.022)	6.304	(6.358)	8.439
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	05	6.384	80	8.524	85
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	05	362	6.384	2.166	8.524
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(6.022)	6.304	(6.358)	8.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	686.922	571.588	686.922	571.588
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	919	1.569	919	1.569
Outras receitas	38.566	8.080	38.630	8.081
Insumos adquiridos de terceiros				
(Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(523.708)	(303.483)	(523.708)	(303.483)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(556.413)	(462.071)	(556.417)	(462.233)
Valor adicionado bruto	(353.714)	(184.317)	(353.654)	(184.478)
Retenções				
Depreciação e amortização	(79.759)	(86.628)	(79.759)	(86.628)
Amortização direito de uso do ativo	(5.593)	(7.103)	(5.593)	(7.103)
Valor adicionado líquido	(439.066)	(278.048)	(439.006)	(278.209)
Recebido de terceiros				
Resultado de equivalência	(3.877)	(1.778)	-	-
Receitas financeiras	600.731	57.468	601.549	58.948
Valor adicionado total a distribuir	157.788	(222.358)	162.543	(219.261)
Distribuição do valor adicionado	157.788	(222.358)	162.543	(219.261)
Pessoal e encargos	172.030	156.734	172.250	156.959
Impostos, taxas e contribuições	(5.761)	(15.154)	(7.005)	(15.125)
Juros e aluguéis	1.323.009	1.774.672	1.328.788	1.777.515
(Prejuízo) do período	(1.331.490)	(2.138.610)	(1.331.490)	(2.138.610)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. - em Recuperação Judicial (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

A Companhia desenvolve atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral.

Em 2021, a Companhia concluiu as negociações, que estavam sendo tratadas desde o primeiro trimestre de 2020 com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16.

Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestou outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores.

Se, por um lado, a negociação gerou a potencial e desejada readequação do caixa da Companhia, para se manter saudável, ela dependia da manutenção do crédito frente a fornecedores tradings, e da venda de ativos não operacionais e direitos creditórios em determinado espaço de tempo. No entanto, essas premissas não se concretizaram. Os fornecedores reduziram o volume de operações com a Companhia e a venda de ativos não ocorreu no cronograma esperado.

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

Diante das dificuldades para financiar seu capital de giro, a Companhia não realizou o pagamento das parcelas semestrais do Acordo Global desde dezembro de 2022, e não atingiu o cumprimento dos indicadores de *covenants* descritos na nota 16. A Companhia está em negociações com os credores do acordo global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Consequentemente, em cumprimento ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia classificou as dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante no montante

atualizado de R\$2.168.430 (R\$ R\$1.966.619 em 31 de dezembro de 2024), devido ao não cumprimento das cláusulas de covenants. Com essa reclassificação, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo individual no valor de R\$7.189.075 (R\$ R\$5.865.717 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$7.187.535 (R\$ R\$5.863.276 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia incorreu em prejuízos no período no montante de R\$1.331.490 (R\$ 2.138.610 em 31 de dezembro de 2024), acumulando prejuízos individual e consolidado de R\$9.888.662 (R\$ 8.560.807 em 31 de dezembro de 2024), deixando o patrimônio líquido individual e consolidado da Companhia negativo no total de R\$7.544.086 (R\$ 6.285.846 em 31 de dezembro de 2024).

Desde setembro de 2022 a Companhia vem mantendo a operação parcial da planta de Eluma, unidade fabril localizada em Santo André - SP, com vendas substanciais na modalidade "Tolling".

Adicionalmente aos fatos mencionados, em setembro de 2025, a Administração da Companhia deliberou pela paralisação ("hibernação") das operações da planta de Caraíba, unidade fabril localizada em Dias D'Ávila-BA, conforme detalhado na Nota Explicativa 12.2, com a consequente demissão de em torno de 300 colaboradores desta unidade. Essa decisão reflete a avaliação de que a operação da referida unidade não tem gerado fluxos de caixa positivos, evidenciando que a Companhia, não tem alcançado o ponto de equilíbrio financeiro. Tal medida visa mitigar os impactos financeiros negativos e permitir uma reavaliação estratégica das atividades industriais da Companhia naquela localidade.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa 28.6, a Companhia deixou de quitar as parcelas iniciais do compromisso firmado com o F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP, e em decorrência desse inadimplemento, o saldo devedor da dívida repactuada passou a poder ser exigido de forma imediata e antecipada, a partir da data do vencimento, conforme previsto nas cláusulas contratuais.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos i) na realização de seus ativos, e ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras Individuais e Consolidada foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações mediante a recuperação da saúde financeira de acordo com o plano de recuperação judicial.

Recuperação judicial

A Paranapanema S.A.- Em Recuperação Judicial divulgou fato relevante em 30 de novembro de 2022, informando que protocolou, em conjunto com o CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. Em Recuperação Judicial e Paraibuna Agropecuária Ltda.- Em Recuperação Judicial, sociedades controladas pela Companhia ("Recuperandas" ou "Grupo Paranapanema"), pedido de recuperação judicial perante a 1ª RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado por seu Conselho de Administração na presente data e encaminhado para referendo em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em 13 de dezembro de 2022, o Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Juízo da Recuperação Judicial"), nos autos do processo nº. 1001409- 24.2022.8.26.0260, deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Em 16 de fevereiro de 2023, a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano de Recuperação Judicial”) para discussão com os credores, no qual foram estabelecidos os termos e condições para a reestruturação do endividamento da Companhia, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas, sendo que a assembleia geral de credores foi designada para ocorrer em 19 de maio de 2023, em 1ª Convocação, e 26 de maio de 2023, em 2ª Convocação, nos termos do art. 56 da Lei nº. 11.101/05.

Em 26 de maio de 2023, foi aprovada a constituição do Comitê de Credores e a suspensão da deliberação da “aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Paranapanema”, para a continuidade no dia 10 de julho de 2023.

Em 10 de julho de 2023, na retomada da Assembleia Geral de Credores, e por deliberação dos credores presentes decidiu-se pela suspensão da assembleia até o dia 24 de agosto de 2023.

No dia 24 de agosto de 2023 foi retomada a Assembleia Geral dos Credores onde aprovaram o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Paranapanema, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05.

Com isso, o Plano de Recuperação Judicial seguiu para a homologação do Juízo da Recuperação Judicial, na forma da lei, sendo proferida a decisão homologatória em 16 de novembro de 2023 pelo D. Juízo da Recuperação Judicial, conforme publicada em 22 de novembro de 2023.

A Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial na data em que foi publicada a decisão homologatória do referido Plano.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia o plano prevê:

- a) Reestruturação do seu passivo, desalavancar o seu endividamento, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos Credores, retomando as operações e as fontes de recursos das Recuperandas e estabelecendo formas viáveis para o pagamento dos seus credores.
- b) Retomada das Operações mediante a celebração de novos contratos com seus fornecedores para o desenvolvimento das suas principais atividades. Por essa razão é necessária a concessão de tratamento benéfico a fornecedores que, em contrapartida, forneçam e mantenham as bases negociais anteriormente existentes com o Grupo Paranapanema, nos termos deste Plano, além de eventuais outras medidas previstas no art. 50 da Lei de Recuperação de Empresas que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Credores.
- c) Concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano.
- d) Venda Parcial dos ativos da Companhia nos termos do Plano.
- e) Captar recursos com terceiros mediante obtenção de Novos Financiamentos, sendo certo que a Companhia envidará seus melhores esforços para obter condições negociais mais favoráveis ao incremento de seu patrimônio em relação a taxas, prazos e demais obrigações contratuais, observadas as restrições previstas no Plano para a concessão de garantias para tais Novos Financiamentos.
- f) Tomar medidas de reorganização da estrutura societária para viabilizar a adequada implementação de dispositivos operacionais e financeiros previstos no Plano, dentre os quais autorizadas desde já a:
 - (i) capitalização de mútuos realizados entre as Recuperandas (*intercompany*);

- (ii) realização de operações de reorganização societária, dentre elas, cisão, aquisição, incorporação, constituição de subsidiárias integrais das Recuperandas e, posterior, *drop down* de ativos ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as Recuperandas, desde que
 - (a) observadas todas as disposições legais aplicáveis;
 - (b) tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os Credores incluindo as garantias constituídas em favor dos Credores; e
- (iii) aumentar o capital social das Recuperandas, inclusive mediante conversão de créditos em capital.

Em 30 de setembro de 2024, os credores da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Credores regularmente instalada em segunda convocação, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05, aprovaram o 1º aditamento ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Paranapanema, protocolado no dia 26 de setembro de 2024, (“1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial”), onde o item 6.1.(A) do Plano passa a valer com a seguinte redação:

“(A) Pagamento Inicial. Pagamento de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) integralmente a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário, em 1 (uma) única parcela, realizado em até 21 (vinte e um) meses a contar da Homologação Judicial do Plano.

Em 10 de dezembro de 2024, foi protocolada perante o Juízo da Recuperação Judicial, nos autos do processo de nº 1001409-24.2022.8.26.0260, uma nova versão (versão inicial protocolada em 18 de outubro de 2024) da proposta de segundo aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia atualmente em vigor.

Em 17 de março de 2025, os credores da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Credores regularmente instalada na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05, aprovaram o 2º aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, protocolado no dia 17 de março de 2025, (“2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial”).

Em 23 de abril de 2025, o 2º aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial”) foi homologado pelo Juízo da recuperação judicial, que altera as condições dos Créditos Trabalhistas incontroversos até 150 Salários-Mínimos, sendo que o prazo de pagamento é de até três anos a contar da homologação judicial do Plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos, e adiantamento de pagamento das verbas que compõem o Mínimo Alimentar, até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, conforme o seguinte cronograma, observado o limite de cada crédito.

	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
2025	1.000,00	1.000,00	2.000,00	3.500,00	4.500,00	6.500,00	10.500,00	13.500,00	18.500,00	Saldo remanescente

A Companhia cumpriu o cronograma e efetuou o pagamento das parcelas dos meses de março a novembro de 2025 e prevê o pagamento da última parcela para o primeiro trimestre de 2026.

Em 23 de outubro de 2025 foi protocolada perante o juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do processo de nº 1001409- 24.2022.8.26.0260, uma nova versão (versão inicial protocolada em 14 de julho de 2025) da proposta de 3º aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“3º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial”), a qual foi submetida e aprovada na Assembleia Geral de Credores realizada em 24 de outubro de 2025 e, em 04 de dezembro de 2025, homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial.

O terceiro aditivo prevê pagamento de até R\$15 integralmente a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito quirografário, em uma única parcela, realizado em 45 (quarenta e

cinco) meses a contar da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial e o saldo remanescente sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 49º (quadragésimo nono) mês a contar da homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial, e para os credores com Garantia Real terão o pagamento de seus Créditos em 72 (setenta e duas) parcelas mensais a partir do 49º (quadragésimo nono) mês, a contar da Homologação Judicial do Plano.

No quadro abaixo seguem as posições de balanço que foram afetadas pela recuperação judicial.

Consolidado

PASSIVO	2025	Concursal	Não Concursal
Fornecedores	651.363	2.425	648.938
Operações com forfaiting e cartas de crédito	9.021	-	9.021
Passivo de Arrendamento	2.613	-	2.613
Empréstimos e financiamentos	5.654.769	-	5.654.769
Salários e encargos sociais	242.810	2.365	240.445
Impostos e contribuições a recolher	720.930	-	720.930
Passivos relacionados a contratos de clientes	74.733	-	74.733
Outros passivos circulantes	31.334	-	31.334
Total do passivo circulante	7.387.573	4.790	7.382.783
Fornecedores	181.142	157.790	23.352
Operações com forfaiting e cartas de crédito	5.784	5.784	-
Passivo de Arrendamento	1.718	-	1.718
Empréstimos e financiamentos	44.203	707	43.496
Salários e encargos sociais	10.182	904	9.278
Impostos e contribuições a recolher	35.774	-	35.774
Provisão para demandas judiciais	1.015.344	118.268	897.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.119	-	54.119
Outros passivos não circulantes	15.409	15.409	-
Total do passivo não circulante	1.363.675	298.862	1.064.813
Total do passivo	8.751.248	303.652	8.447.596
Capital social	2.245.638	-	2.245.638
Custo de Capitalização	(5.375)	-	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	105.054	-	105.054
Ações em tesouraria	(741)	-	(741)
Prejuízos acumulados	(9.888.662)	-	(9.888.662)
Patrimônio líquido	(7.544.086)	-	(7.544.086)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(7.544.086)	-	(7.544.086)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.207.162	303.652	903.510

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão segregados em quatro classes.

Classe de credores	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial
Classe I - Créditos Trabalhista	114.869
Classe II - Créditos com garantia real	10.494
Classe III - Créditos Quirografário	173.974
Classe IV - ME e EPP	4.315
Total	303.652

Classe I - Créditos Trabalhista

Contempla os credores trabalhistas cujo valor de cada crédito será corrigido monetariamente pelo IPCA e passará a sofrer a incidência de juros à taxa total de 0,5%a.a. Os pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- Créditos trabalhistas incontroversos de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- Créditos Trabalhistas incontroversos até 150 Salários-Mínimos serão pagos no prazo de até um ano a contar da homologação judicial do Plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos.
- A diferença entre o valor total do crédito trabalhista incontroverso e o limite de 150 Salários-Mínimos sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 4	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 5	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%
Ano 6	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%

Classe II - Créditos com garantia real

Esta classe contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para os créditos com garantia real em reais e 100% da taxa equivalente ao CPI (*Consumer Price Index* - Índice de preços ao consumidor norte americano), para os créditos com garantia real em moeda estrangeira.

Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente a partir da homologação judicial do Plano e serão pagos mensalmente a partir do 49º (quadragésimo nono) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 5	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
Ano 6	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
Ano 7	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%
Ano 8	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%
Ano 9	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%
Ano 10	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%

Classe III - Créditos Quirografário

Esta Classe é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

Pagamento de até R\$15 integralmente a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito quirografário, em até 45 meses a contar da homologação judicial do Plano.

O saldo remanescente sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 49º (quadragésimo nono) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 5	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 6	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 7	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%
Ano 8	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%

Classe IV - ME e EPP

A Classe IV é composta por credores de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que serão pagos da seguinte forma:

Pagamento de até R\$11 integralmente a cada Credor de ME e EPP, limitado ao valor do respectivo Crédito de ME e EPP, em até 12 meses a contar da Data de Homologação. O saldo remanescente será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, a contar da homologação judicial do Plano.

Após a homologação judicial do Plano, o valor dos créditos passará a sofrer a incidência de juros e correção monetária à taxa total de 100% do IPCA, com pagamentos mensais a partir do 13º (décimo terceiro) mês. Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, a contar da homologação judicial do Plano.

Conversão de Crédito em Capital

Quaisquer credores que possuam créditos sujeitos ao Plano poderão optar pela conversão de seu crédito em capital. O Credor que optar pela conversão de seus respectivos créditos não sofrerá deságio. As conversões de crédito em capital ocorrerão em 10 (dez) oportunidades, observada cada uma das janelas de conversão descritas no plano e no 3º aditamento.

O preço de referência para conversão do crédito em capital para cada um dos eventos de conversão equivalerá à média ponderada do valor médio da ação pelo volume de ações negociado no respectivo pregão, considerando todos os pregões realizados na B3 em que houver negociação de ações PMAM3 (VWAP) verificados nos 30 dias anteriores à data de definição do preço de conversão do respectivo evento de conversão, dividida por 0,9 (nove décimos).

Processos de Aumento de Capital e Conversão

1ª Janela de Conversão

Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do 1º Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 62.585.989,97 (sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos), mediante a emissão de 13.203.850 (treze milhões, duzentos e três mil e oitocentas e cinquenta) novas ações ordinárias. Em 23 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a rerratificação da homologação do aumento de capital da Companhia de modo a corrigir erro material referente ao número total de ações emitidas e homologadas pela Companhia, onde houve o cancelamento de 785.749 (setecentos e oitenta e cinco mil, setecentas e quarenta e nove) ações ordinárias, emitidas por ocasião do aumento de capital homologado conforme Ata da RECA do 1º Aumento de Capital, no valor total de R\$ 3.724.450,26 (três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos), portanto, o Aumento de Capital da Companhia foi concluído com o montante de R\$ 58.861.539,71 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos), mediante a emissão de 12.418.101 (doze milhões, quatrocentas e dezoito mil, cento e uma) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da 1ª Janela de Conversão	43.403.849	2.069.566.247,56
Subscrição de Credores	12.282.475	58.218.672,47
Subscrição de Acionistas	135.626	642.867,24
Após a 1ª Janela de Conversão	55.821.950	2.128.427.787,27

2ª Janela de Conversão

Em 21 de junho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do 2º Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 26.063.162,34 (vinte e seis milhões, sessenta e três mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), mediante a emissão de 6.435.369 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentas e sessenta e nove) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da 2ª Janela de Conversão	55.821.950	2.128.427.787,27
Subscrição de Credores	6.302.717	25.525.921,74
Subscrição de Acionistas	132.652	537.240,60
Após a 2ª Janela de Conversão	62.257.319	2.154.490.949,61

3ª Janela Conversão

Em 23 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do 3º Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 17.897.570,56 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos), mediante a emissão de 7.305.153 (sete milhões, trezentos e cinco mil, cento e cinquenta e três) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da 3ª Janela de Conversão	62.257.319	2.154.490.949,61
Subscrição de Credores	7.248.115	17.757.827,51
Subscrição de Acionistas	57.038	139.743,05
Após a 3ª Janela de Conversão	69.562.472	2.172.388.520,17

4ª Janela de Conversão

Em 20 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do 4º Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 6.565.283,60 (seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), mediante a emissão de 5.861.861 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da 4ª Janela de Conversão	69.562.472	2.172.388.520,17
Subscrição de Credores	3.575.256	4.004.286,00
Subscrição de Acionistas	2.286.605	2.560.997,60
Após a 4ª Janela de Conversão	75.424.333	2.178.953.803,77

5ª Janela de Conversão

Em 23 de junho de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do 5º Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 10.545.928,23 (dez milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos), mediante a emissão de 4.905.089 (quatro milhões, novecentos e cinco mil e oitenta e nove) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da 5ª Janela de Conversão	75.424.333	2.178.953.803,77
Subscrição de Credores	4.621.330	9.935.846,38
Subscrição de Acionistas	283.759	610.081,85
Após a 5ª Janela de Conversão	80.329.422	2.189.499.732,00

6ª Janela de Conversão

Em 18 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do 6º Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 2.560.417,45 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), mediante a emissão de 1.103.631 (um milhão, cento e três mil e seiscentos e trinta e um) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da 6ª Janela de Conversão	80.329.422	2.189.499.732,00
Subscrição de Credores	1.055.114	2.447.858,01
Subscrição de Acionistas	48.517	112.559,44
Após a 6ª Janela de Conversão	81.433.053	2.192.060.149,45

Aumento do capital social por subscrição privada de ações

Conforme fato relevante divulgado em de 17 de setembro de 2025, a Companhia disponibilizou aos credores a opção de capitalização de créditos de natureza extraconcursal ('Créditos Não Sujeitos à Recuperação Judicial'), cujo fato gerador seja posterior a 30 de novembro de 2022, data do pedido de recuperação judicial.

Em 28 de outubro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia homologou de forma parcial o aumento de capital, mediante subscrição privada de ações, no montante de R\$ 53.578.531,81 (cinquenta e três milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos), mediante a emissão de 39.108.543 (trinta e nove milhões, cento e oito mil, quinhentas e quarenta e três) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Antes da Capitalização dos Créditos Não Sujeitos à RJ	81.433.053	2.192.060.149,45
Subscrição de Credores	38.864.742	53.244.524,44
Subscrição de Acionistas	243.801	334.007,37
Após a Capitalização dos Créditos Não Sujeitos à RJ	120.541.596	2.245.638.681,26

O capital social da Companhia passa a ser de R\$ 2.245.638.681,26 (dois bilhões, duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos), dividido em 120.541.596 (cento e vinte milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, os subsequentes aditamentos, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da Companhia em www.paranapanema.com.br/ri e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em www.cvm.gov.br. As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito e conforme a conceituação dos termos definidos.

Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	31/12/25	31/12/24
CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda –Em Recuperação Judicial Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	100,00%	100,00%

Paraibuna Agropecuária Ltda.- Em Recuperação Judicial: Empresa inativa Objeto social: Exploração de atividades agropecuárias, pastoris e reflorestamento.	99,98%	99,98%
--	--------	--------

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

B) Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- Nota 01 – continuidade operacional: se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

E) Incerteza sobre premissas e estimativas contábeis críticas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de

dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 - Impostos e contribuições a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos e homologação de parte dos créditos do PIS e da COFINS;
- Nota 12 - Imobilizado e intangível: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

03. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.3).

Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. Políticas contábeis materiais

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A) Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência

patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ativos.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

C.1.1) Aplicações Financeiras e recebíveis

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado.

iii. Contas a receber e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das

disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Debêntures conversíveis em ações

São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

E) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante

do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

F) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

G) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

H) Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados respectivamente a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a

menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	25 a 50 anos
• Máquinas e equipamentos	3-30 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

I) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

J) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

Ociosidade

O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação.

K) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ("contas a receber de clientes e outros recebíveis").

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão, deduzindo o valor contábil bruto dos ativos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas (exceto para ágio) somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

L) Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de

arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Gerais e Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

M) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

N) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida baseada no modelo de cinco etapas da norma do IFRS 15: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As obrigações de desempenho de venda e o frete da entrega dos produtos prometidos aos clientes se satisfazem simultaneamente, não caracterizando entrega distintas, sendo que o cliente não pode se beneficiar do bem ou serviço isoladamente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência do controle varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

O) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, até o ano de 2032. O incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno e a Companhia não gozou desse

benefício nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

P) Receitas (despesas) financeiras

Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio a vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

Q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças

temporárias quando elas são revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

R) Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o exercício. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todos os potenciais ações ordinárias diluídas.

S) Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas e da demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

05. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos		362	6.384	364	6.386
Aplicações financeiras	(a)	-	-	1.802	2.138
Caixa e equivalentes de caixa		362	6.384	2.166	8.524
Aplicações financeiras - Escrow	(b)	39.287	33.920	39.287	33.920
Aplicações financeiras		39.287	33.920	39.287	33.920
Ativo circulante		39.287	33.920	39.287	33.920

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco.

a) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários renda fixa e operações compromissadas com lastro em debêntures e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

b) Aplicações Financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas com lastro em debêntures e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

O valor de R\$39.287 em 31 de dezembro de 2025 (R\$33.920 em 31 de dezembro de 2024), referem-se a valores aplicados junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global e serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida.

A remuneração média das aplicações é de 95,7% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 95,5% em 31 de dezembro de 2024, mensuradas pelo custo amortizado.

06. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Clientes no país:					
Terceiros		66.176	84.705	67.183	85.712
Partes Relacionadas	10.2	-	287	-	-
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa		(40.464)	(52.449)	(41.471)	(53.456)
		25.712	32.543	25.712	32.256
Clientes no exterior:					
Terceiros		2.335	2.392	2.335	2.392
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa		(44)	(156)	(44)	(156)
		2.291	2.236	2.291	2.236
Cessão de Credito		(17.728)	(32.363)	(17.728)	(32.363)
		10.275	2.416	10.275	2.129
Ativo circulante		9.104	2.023	9.104	1.736
Ativo não-circulante		1.171	393	1.171	393

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer há mais de 120 dias	1.658	505	1.658	505
A vencer de 91 a 120 dias	137	11	137	11
A vencer de 61 a 90 dias	2.304	451	2.304	451
A vencer de 31 a 60 dias	7.029	10.136	7.029	10.136
A vencer até 30 dias	14.476	20.801	14.476	20.514
Total a vencer	25.604	31.904	25.604	31.617
Vencidas até 30 dias	10	2.766	10	2.766
Vencidas de 31 a 60 dias	-	33	-	33
Vencidas há mais de 60 dias	2.389	76	2.389	76
Total vencidas	2.399	2.875	2.399	2.875
	28.003	34.779	28.003	34.492
Cessão de Credito	(a) (17.728)	(32.363)	(17.728)	(32.363)
	10.275	2.416	10.275	2.129

- a) Valor referente a cessão de crédito do contas a receber com direito de regresso (o risco de crédito do contas a receber continua com a Companhia), que a Companhia efetuou com fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas.

Em conformidade com o CPC48 / IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros.

A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com *score* do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(52.605)	(55.863)	(53.612)	(56.974)
Reversão de perdas estimadas exercício	919	1.570	919	1.570
Baixa definitiva	11.178	1.688	11.178	1.792
Saldo final	(40.508)	(52.605)	(41.515)	(53.612)

07. Estoques

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Matérias-primas	120.056	110.963
Produtos em processo	46.283	71.366
Produtos acabados	16.561	55.726
Importações em andamento	28	847
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	173	267
Materiais de manutenção e outros	66.847	68.522
Materiais para revenda	132	132
Perda estimada do valor recuperável	(160.175)	(36.073)
Ativo circulante	89.905	271.750

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Em 2025 foi constituído a provisão para perdas de parte do estoque da unidade de Dias D'avila no montante de R\$124.230 referente a matéria prima encrustada nos fornos, sem liquidez imediata. O saldo restante de R\$35.945 em 31 de dezembro de 2025 (R\$36.073 em 31 de dezembro de 2024), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos na data base ou com baixo giro.

A Companhia ofereceu a totalidade dos seus estoques em garantia de cessão de crédito do contas a receber e processos fiscais. Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

08. Impostos e contribuições a recuperar

	Notas	Controladora			
		2025		2024	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	553	-	31.545	340.786
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	-	-	-	73.987
Perda estimada do valor recuperável	(a)	-	-	-	(427.364)
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	1.904	-	20.350	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		1.755	1.141	1.937	1.179
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	736	10.277	177	10.277
Perda estimada do valor recuperável	(c)	-	(10.277)	-	(10.277)
Reintegra	(d)	1.189	33.511	1.101	19.016
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	1.948	-	-	-
Programa de integração social-PIS	(e)	450	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		234	-	649	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		567	-	428	-
Outros		1.829	-	2.175	-
		11.165	34.652	58.362	7.604

	Notas	Consolidado			
		2025		2024	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	553	-	31.545	387.132
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	-	-	-	84.048
Perda estimada do valor recuperável	(a)	-	-	-	(471.180)
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	1.904	-	20.350	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		1.755	1.141	1.937	1.180
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	894	10.277	866	10.277
Perda estimada do valor recuperável	(c)	-	(10.277)	-	(10.277)
Reintegra	(d)	1.189	33.511	1.101	19.016
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	1.948	-	-	-
Programa de integração social-PIS	(e)	450	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		263	-	655	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		567	-	428	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		1.680	-	143	-
Outros		1.895	-	2.239	-
		13.098	34.652	59.264	20.196

A Administração estima que a projeção dos resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

- a) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorridas em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019.

De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da "Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro" (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro.

Em 2019, a Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R\$724.493.

Em 13 de maio de 2021, o STF decidiu sobre a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal na base de cálculo do PIS e da COFINS e modulou os efeitos a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Com essa decisão, a Controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda, reconheceu no segundo trimestre de 2021, o montante de R\$56.408.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda de parte dos direitos creditórios oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Alternative Assets III ("FIDC Assets III") representado na forma de seus regulamentos pela sua administradora BTG Pactual Serviços Financeiros S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo, dentre outras, a autorização do Juízo da Recuperação Judicial e a aprovação pelos credores detentores de cessão fiduciária de tais créditos.

Em 12 de março de 2024, foi proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença que homologa a venda dos direitos creditórios. Por conseguinte, o FIDIC Assets III realizou o depósito judicial em 02 de abril de 2024 do valor avençado pela compra do direito creditório no montante de R\$158.434 (apresentado na nota explicativa 9.2), nos moldes da sentença e aguarda o desfecho final nos Autos da Recuperação Judicial, para que a operação de venda seja concluída com a assinatura do Termo de Cessão. De acordo com os nossos assessores jurídicos a cessão possui plena eficácia é perfeita e acabada.

O Saldo remanescente em aberto em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$553 se refere a créditos em aberto, já homologados e não negociados, disponíveis para utilização.

- b) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerado em suas operações, demonstrado pelo seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo credor de ICMS era de R\$1.904, sendo R\$773 relacionado a unidade de Santo André - SP, e R\$1.170 relacionado a unidade de Dias D'Ávila - BA (R\$14.431 e R\$5.383 em 31 de dezembro de 2024).

- c) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R\$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos.

- d) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da Lei nº 13.043/2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.415/2015, alterado pelo Decreto nº 9.393/2018.

O aumento no período ocorreu pelo reconhecimento dos valores relacionados aos processos ativos MS 0001029-93.2015.4.03.6126, MS 006848-11.2015.4.03.6126 e MS 5001929-83.2018.4.03.6126, que tratam das alíquotas do Reintegra dos períodos de março de 2015 a agosto de 2018, para os quais a os assessores jurídicos avaliaram como “praticamente certo”, conforme definições do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

09.1 – Outros ativos circulantes e não circulantes

		2025		2024	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
	Nota				
Precatórios municipais	(a)	-	43.872	-	43.872
Precatórios federais	(a)	-	16.271	-	4.741
Debentures	(c)	16.650	15.000	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(b)	11.471	-	10.873	-
Outras contas a receber de controlada	10.2	-	1.113	-	1.769
Adiantamentos a funcionários		1.269	-	1.167	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	1.243	-	1.243
Outras operações		341	150	189	149
		29.731	78.650	12.229	52.775

		2025		2024	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
	Nota				
Precatórios municipais	(a)	-	43.872	-	43.872
Precatórios federais	(a)	-	16.271	-	4.741
Debentures	(c)	16.650	15.000	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(b)	11.471	-	10.873	-
Adiantamentos a funcionários		1.269	-	1.167	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	1.243	-	1.243
Outras operações		340	748	189	747
		29.730	78.135	12.229	51.604

- a) Refere-se a precatórios contra os Municípios de Santo André, bem como precatórios e créditos em face da União Federal.

A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$43.666. Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão exigidos em moeda corrente.

- b) Refere-se a adiantamentos a fornecedores diversos a serem utilizados na liquidação de notas fiscais.
- c) Referente a emissão de 437 debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada e em série única, ao preço unitário de R\$75, totalizando R\$32.775, totalmente subscritas. Em dezembro de 2025 15 debentures foram integralizadas no montante de R\$1.125, gerando um saldo de R\$31.650 a ser recebido em 16 parcelas. Nota 19.d.

09.2 Depósitos de demandas judiciais

		Controladora/Consolidado	
		2025	2024
Trabalhista		5.401	4.877
Tributário		17.772	17.085
Previdenciário		848	828
Cível		827	827
Outros		181.708	167.145
Ativo não circulante		206.556	190.762

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos

judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

Na linha de outros depósitos judiciais consta o depósito judicial realizado em 02 de abril de 2024 pela FIDIC Assets III referente a compra de parte dos direitos creditórios oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, e aguarda o desfecho final nos Autos da Recuperação Judicial, e serão integralmente direcionados ao pagamento do Acordo Global.

10. Investimentos, partes relacionadas e outros

10.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2025.

	CDPC - Centro de Distrib. Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Nederland B.V.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante	3.736	-	-	-	3.736
Ativo não circulante	19.753	-	-	598	20.351
Total do ativo	23.489	-	-	598	24.087
Passivo circulante	2.197	-	-	-	2.197
Passivo não circulante	1.113	-	-	-	1.113
Patrimônio líquido	20.179	-	-	598	20.777
Total do passivo e do patrimônio líquido	23.489	-	-	598	24.087
Despesas Operacionais	(164)	-	-	-	(164)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(164)	-	-	-	(164)
Resultado Financeiro	4.959	-	-	-	4.959
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.795	-	-	-	4.795
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(1.246)	-	-	-	(1.246)
Lucro (Prejuízo) do exercício	3.549	-	-	-	3.549
Movimentação dos Investimentos					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.835	430	1.024	598	27.887
Ativo não-circulante	25.835	430	1.024	598	27.887
Variação cambial de investimento no exterior	-	90	(851)	-	(761)
Equivalência patrimonial	(1.779)	(2)	3	-	(1.778)
Operação encerradas - Liquidação	-	(518)	(176)	-	(694)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.056	-	-	598	24.654
Ativo não-circulante	24.056	-	-	598	24.654
Equivalência patrimonial	(3.877)	-	-	-	(3.877)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.179	-	-	598	20.777
Ativo não-circulante	20.179	-	-	598	20.777

10.2 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros

A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas.

a) Caixa Econômica Federal

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$61.049 (US\$11.095 mil a taxa de 5,5024), R\$64.301 em 31 de dezembro de 2024 (US\$10.384 mil a taxa de 6,192), e

possui R\$331.862 referente a dívidas nacionalizadas (R\$331.967 em 31 de dezembro de 2024).

A Caixa Econômica Federal detém 5,83% do total de ações da Companhia.

b) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

As operações no CDPC estão suspensas desde o segundo semestre do ano de 2020 como parte da estratégia do negócio, porém a Controladora mantém a Empresa e sua infraestrutura ativa.

A Controladora e a controlada CDPC, possui um contrato de rateio de custos e despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da estrutura compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

A Controladora e a controlada tem contratos para gestão de recursos de caixa.

Segue abaixo demonstrativo dos saldos da controladora com a controlada

	Notas	2025	2024
CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.			
Ativo circulante - Contas a Receber	06	-	287
Ativo não circulante - Conta Corrente	09.1	1.113	1.769
Passivo não circulante - Conta Corrente	20	19.474	12.106

11. Outros Investimentos

Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes totalizando R\$22.636, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e provisão de perdas, sendo que deste total R\$22.100 foram oferecidos em garantias. Além disso a Companhia possui participação acionaria em outras empresas no valor de R\$2.827.

Imóveis não operacionais oferecidos em garantias

Conforme descrito na nota 1, a Companhia ofereceu garantias envolvendo ativos não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores do Acordo Global.

Embora a Companhia esteja envidando seus melhores esforços para realizar a venda destes ativos, há condições, principalmente relacionado as garantias oferecidas, que levam estes bens a não estarem disponíveis para venda imediata e/ou dependerem de aprovações de credores para serem negociados.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Garantia	Terrenos	Valor Contabil
Ação CSLL	Guarujá	9.860
Ação CSLL	Camaçari	7.460
Acordo Global	Serra da Cantareira	266
Acordo Global	Santa Cruz de Cabralia	1.617
Acordo Global	Camaçari	2.897
Total Garantia		22.100

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

12. Imobilizado e intangível

Segue a movimentação do imobilizado no período

Controladora/Consolidado							
	Taxa média de depreciação	2024	Adições	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	2025
IMOBILIZADO							
Terrenos		119.685	-	-	-	-	119.685
Benfeitorias	5%	851	-	-	-	(155)	696
Edificações	3%	181.467	-	427	-	(11.646)	170.248
Instalações	16%	20.217	-	65	-	(3.018)	17.264
Máquinas e equipamentos	9%	374.948	-	21.495	-	(57.136)	339.307
Movéis e Utensílios	8%	36.661	-	188	-	(7.101)	29.748
Veículos	20%	1	-	-	-	(1)	-
Imobilizado em andamento		186.066	16.469	(21.993)	(52.050)	-	128.492
Impairment / Prov. Perdas		(2.944)	-	-	(194.930)	-	(197.874)
Peças Sobressalentes		8.066	-	(182)	(8)	-	7.876
Total Imobilizado		925.018	16.469	-	(246.988)	(79.057)	615.442
INTANGÍVEL							
ERP/Softwares	20%	3.391	-	-	-	(702)	2.689
Total Intangível		3.391	-	-	-	(702)	2.689

O montante de R\$79.057 no imobilizado referente à depreciação e R\$702 no intangível referente à amortização, totalizando R\$79.759, refere-se a:

Controladora/Consolidado		
	2025	2024
Áreas Industriais	78.579	94.098
Áreas comerciais	129	687
Áreas gerais e administrativas	1.051	1.292
Total de depreciação e amortização	79.759	96.077

12.1. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$128.492 (R\$186.066 em 31 de dezembro de 2024), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução.

Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa.

Os prazos para conclusão dos projetos em andamento são impactados principalmente pela dificuldade de geração de caixa, já que dependem diretamente de investimentos para sua conclusão, e pelo lay-off aplicado na planta de Dias D'Ávila. Por serem vitais para a retomada das operações, a Companhia espera que sejam concluídos a médio e longo prazo.

12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade de seus ativos de longa duração, ou sempre que haja indícios de perda no valor recuperável, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

No terceiro trimestre de 2025, a Administração da Companhia deliberou pela paralisação ("hibernação") das operações da planta de Caraíba, unidade fabril localizada em Dias D'Ávila-BA. Diante do cenário desafiador e dos recentes acontecimentos a Companhia realizou o teste de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) nas unidades de Dias d'Ávila – BA e Santo André - SP, utilizando projeções de fluxo de caixa descontado baseadas no plano de negócios aprovado pela Administração. Com base nas análises realizadas, foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por impairment, uma vez que o valor recuperável estimado da UGC ficou abaixo do valor contábil de seus ativos líquidos.

Conforme determinado pelo CPC 01 / IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment), a Companhia, através de consultoria especializada, elaborou laudo do valor justo menos despesas de vendas dos ativos individuais, que confirmou a necessidade do reconhecimento de redução no valor recuperável de certos ativos resultando no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$194.930, registrada no resultado do período na rubrica de outras despesas operacionais.

Adicionalmente, a Companhia, efetuou análise e reconheceu provisão para redução no valor realizável no montante de R\$ 52.050, referente a itens do ativo imobilizado em andamento que se tornaram obsoletos. A perda está relacionada à descontinuidade de projetos, em função de restrições de caixa e da hibernação da planta localizada em Dias D'Ávila – BA.

A Companhia tem constituído provisão de perda no montante de R\$2.944 para ajuste de inventário de itens não localizados.

A Administração continuará monitorando os indicadores de recuperabilidade desses ativos e revisará as premissas utilizadas sempre que houver mudanças relevantes nas condições operacionais ou econômicas.

12.3. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu o montante de R\$7.876 de peças sobressalentes (R\$8.066 em 31 de dezembro de 2024) em garantia de cessão de crédito do contas a receber. Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu também bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2025 seus valores contábeis totalizavam R\$469.271.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Garantias de Processos	Valor Contabil
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc Trabalhista	821
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc Tributario	1.732
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc CSLL	19.798
Alienação Fiduciária	222
Total Garantia de Processos	22.573

Garantia de Empréstimos	Valor Contabil
Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva - BNB	179.812
Sub-total (anterior a reestruturação)	179.812
Alienação Fiduciária e Penhora Judicial	88.204
Alienação Fiduciária - Dias D'Ávila	46.011
Alienação Fiduciária - Utinga	84.202
Alienação Fiduciária - Serra	14.363
Alienação Fiduciária - ING	34.106
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)	266.886
Total Garantia de Empréstimos	446.698
Total Garantia	469.271

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias	180.052	157.317	180.052	157.317
Fretes e transportes	12.200	12.624	12.200	12.624
Serviços	153.729	120.261	153.736	120.268
Energia elétrica/água e esgoto/gás	2.553	2.993	2.553	2.993
Seguros	874	1.043	874	1.043
Outros	7.276	193	7.276	193
Fornecedores nacionais	356.684	294.431	356.691	294.438
Mercadorias	315.599	292.553	315.599	292.553
Fornecedores exterior	315.599	292.553	315.599	292.553
Fornecedores Recuperação Judicial	160.215	208.448	160.215	208.448
Total de fornecedores	832.498	795.432	832.505	795.439
Passivo circulante	651.356	639.105	651.363	639.112
Passivo não-circulante	181.142	156.327	181.142	156.327

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar de fornecedores que compõem a lista de credores do plano de recuperação judicial totaliza R\$160.215, sendo R\$2.425 classificados no passivo circulante e R\$157.790 no passivo não circulante, distribuído entre as classes conforme abaixo:

Classe de credores	2025	2024
Classe I - Créditos Trabalhista	7.683	7.771
Classe II - Créditos com garantia real	10.494	10.235
Classe III - Créditos Quirografário	137.723	185.624
Classe IV - ME e EPP	4.315	4.818
Total	160.215	208.448

14. Operações com “forfaiting” e cartas de crédito

Corresponde à contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas “forfaiting” e cartas de crédito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais.

Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica específica ajustados a valor presente e os encargos apropriados na linha de despesa financeiras.

O valor da linha de “Forfaiting - Fornecedores nacional – RJ” faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

		Controladora/Consolidado			
		2025		2024	
	Prazo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Forfaiting - Fornecedores nacional	até 120 dias	9.021	-	10.782	-
Forfaiting - Fornecedores nacional - RJ		-	5.784	4.995	5.388
		9.021	5.784	15.777	5.388

15. Passivo de Arrendamento

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos contratos de arrendamento no período:

							Consolidado			
Contrato	Vigência até	Taxa a.m.	Ativo não circulante				Passivo			
			2024	Adições / Baixas	Amortiz. direito de uso	2025	2024	Adições / Baixas	Pgts	2025
Locação de Outsourcing de Impressão- Corp	05/2026	1.03%	31	55	(63)	23	33	58	(67)	24
Locação de Equipos p/ movimentação Interna	09/2025	1.03%	1	2.235	(2.236)	-	-	2.352	(2.352)	-
Locação de Empilhadeiras-ES	07/2027	1.03%	24	71	(39)	56	26	81	(43)	64
Locação de Veículos Operacionais - BA	04/2025	0.65%	11	-	(11)	-	11	-	(11)	-
Locação de Rádios De Comunicação - BA	03/2025	1.03%	311	(311)	-	-	332	(332)	-	-
Locação de Secador Ar Comprimido	03/2025	1.03%	106	(93)	(13)	-	127	(127)	-	-
Locação de Guindastes	03/2025	1.03%	2.691	(2.691)	-	-	3379	(3.379)	-	-
Locação de Equipito de Monitoramento-BA	07/2028	1.03%	593	2.579	(808)	2.364	690	3.102	(948)	2.844
Locação de Equipito de Monitoramento - SP	03/2026	1.03%	1.172	-	(937)	235	1.376	-	(1.101)	275
Locação de Uniformes Profissionais	01/2027	1.03%	780	-	(374)	406	920	-	(442)	478
Locação de Eqto movel movimentação sucata	01/2027	1.03%	673	(221)	(391)	61	794	(289)	(443)	62
Locação de Equipito de Segurança Eletr. - BA	03/2025	0.94%	263	(263)	-	-	329	(329)	-	-
Locação de Notebooks	06/2028	1.03%	-	104	(15)	89	-	123	(18)	105
Locação de Equipito de Monitoramento-ES	07/2028	1.03%	-	204	(28)	176	-	246	(34)	212
Locação de Empilhadeiras	06/2026	1.03%	-	1.599	(678)	921	-	1.688	(703)	985
			6.656	3.268	(5.593)	4.331	8.017	3.194	(6.162)	5.049
							Ajuste a valor presente	(1.361)	643	(718)
							Saldo de Passivo de arrendamento	6.656	3.837	(6.162)
							Passivo circulante	3.770		2.613
							Passivo não-circulante	2.886		1.718

A taxa de juros nominal aplicada é a taxa incremental de empréstimos, calculada sobre custo médio ponderado de capital que a Companhia teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

	Consolidado
	2025
2026.....	2.986
2027.....	1.218
2028.....	845
	5.049

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2026	2027	2028
Passivo de Arrendamento	5.049	2.063	845
Fluxo com projeção de inflação	5.253	2.141	875
Direito de Uso	4.331	1.719	703
Fluxo com projeção de inflação	4.506	1.784	728
Despesa Financeira	507	400	167
Fluxo com projeção de inflação	528	415	173
Despesa de Depreciação	2.612	1.016	703
Fluxo com projeção de inflação	2.718	1.055	728
IPCA Futuro (*)	4,05%	3,80%	3,50%

(*) <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob demanda, totalizam o montante de R\$4.347 no consolidado no período (R\$4.701 no mesmo período de 2024), classificados como aluguéis conforme Nota 23.

16. Empréstimos e financiamentos

Desde março de 2020, a Companhia negociou com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do Acordo Global assinado em 2017) para alinhamento do perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para assessorá-la neste processo.

Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com seus principais credores, o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), renegociadas pela primeira vez em 2017, ficando assim repactuado o pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028 no montante principal de US\$479.151, equivalente a R\$2.673.895 em 31 de dezembro de 2021.

Nesse acordo as taxas de juros foram alteradas de Libor 12M + 1,75% a.a., para Libor 06M + 1% a.a., na modalidade de ACC e de Libor 12M + 3,25% a.a., para Libor 06M + 4% a.a. na modalidade

de PPE/CCB, sendo que, a Term SOFR substituiu a Libor quando da sua extinção, devidamente ajustada pelo índice de correção divulgado pela *Alternative Reference Rates Committee* - ARRC.

A Companhia seguindo as orientações estabelecidas na IFRS 9 (CPC 48) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que, não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, e o valor presente líquido dos fluxos de caixa sob os novos termos ficou dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma, consequentemente não houve troca do instrumento de dívida mas se fez necessário o ajuste do valor contábil.

Para ajustar o valor, a Companhia calculou o valor presente líquido dos fluxos de caixa dos novos contratos, com as novas taxas de juros e datas de pagamentos, descontados a taxa de juros efetiva da dívida antes da renegociação. Esse valor é comparado ao valor contábil anterior remanescente, e a diferença é reconhecida no resultado financeiro. O valor do ajuste em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$96.574 (USD17.307 a taxa de 5,5805). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ajuste é de R\$31.148 (USD5.661 a taxa de 5,5024), em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$51.321 (USD8.288 a taxa de 6,1923).

Segue abaixo as condições dos prazos de pagamentos da dívida renegociada.

	ACC	PPE/CCB
Pagamento Principal	Em 2022 25,0% Em 2023 25,0% Em 2024 25,0% Em 2025 25,0%	Em 2022 03,5% Em 2023 03,0% Em 2024 03,0% Em 2025 03,0% Em 2026 06,0% Em 2026 06,0% Em 2028 53,0%
Juros remuneratórios em aberto na data da assinatura do acordo	No 1T22 Pagamento de 100%	No 1T22 Pagamento de 5%e 95% Repactuados Até dez/22 serão 50% Repactuados e 50% pagos semestralmente, a partir de jan/23 Pagos semestralmente
Juros remuneratorios subsequentes	Pagos semestralmente.	

Conforme descrito na nota 1, a Companhia não cumpriu o cronograma de pagamentos previstos a partir de dezembro de 2022, e não cumpriu os indicadores de *covenants*, mas continua negociando com seus credores para a amortização da parcela com a venda dos créditos tributários oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme descrito na nota 08.a. A Companhia também está negociando junto aos credores do Acordo Global com o intuito de obter novas condições mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Governança da Monetização dos Ativos.

No decorrer das negociações, os credores identificaram que a Companhia é ou será titular de direitos creditórios de PIS, COFINS e ICMS; precatórios expedidos que se encontrem livre de ônus e gravames; créditos decorrentes de ações judiciais já ajuizadas que se encontrem livres de ônus e gravames; outros direitos creditórios decorrentes de processos tributários administrativos, arbitrais e judiciais; equipamentos não operacionais e imóveis não operacionais detidos pelas Companhia, inclusive aqueles que são objeto dos Contratos de Garantia reais.

Para monetização desses ativos as partes decidiram criar uma Governança da Monetização dos Ativos, a qual entrou em vigor com a implementação da nova reestruturação e disciplina os termos e condições aplicáveis à alienação dos ativos, como a sistemática de avaliação dos ativos, assessores que auxiliam o processo de venda e a destinação integral dos recursos para a Nova Reestruturação, realizada com base em percentuais definidos.

Custos de transação

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão contabilizados em conta redutora do passivo.

Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período:

	2025		2024	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratados em Moeda USD				
Financiamentos comércio exterior-ACC/ACE	396.443	-	387.127	-
Pré-pagamento de exportação -PPE	2.417.055	-	2.337.040	-
Cedula de credito bancario	191.871	-	183.782	-
	3.005.369	-	2.907.949	-
Contratados em Moeda BRL				
Antecipação Cessão de Credito	(a) 155.095	-	287.447	-
Antecipação Cessão de Credito-Recup. Judicial	(b) -	707	598	633
DIP	(c) 312.701	-	-	-
Confissão de dívida	(d) 2.179.952	28.496	1.688.269	353.678
Debêntures	(e) 17.775	15.000	-	-
	2.665.523	44.203	1.976.314	354.311
Custos de transação - reperfilamento	(16.123)	-	(21.496)	-
	5.654.769	44.203	4.862.767	354.311

- Valor referente a antecipação de cessão de crédito recebido pela Companhia de acordo com o “contrato de promessa de transmissão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças”, no qual a Companhia terá que performar no prazo médio de 90 dias, a entrega de recebíveis do mercado interno.
- Valor faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.
- A Companhia celebrou o Contrato de Cessão, de Promessa de Transmissão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, na modalidade DIP, conforme permissivo legal dos artigos 66, 67 e 69-A da Lei de Falências e de Recuperação de Empresas e conforme previamente autorizado nas Cláusulas 2.5, 13.1 e 13.2 do Plano de Recuperação Judicial.

Em cumprimento aos procedimentos legais, o DIP foi autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“Juízo da Recuperação”), no âmbito do processo de recuperação judicial em trâmite sob o nº 1001409-24.2022.8.26.0260, na decisão de folhas nº. 29.965, devidamente publicada em 21 de janeiro de 2025;

- O valor referente a Confissão de Dívida engloba os valores referente a ACCs baixados pelos bancos em decorrência de a Companhia ter se tornado inadimplente quanto aos termos e condições dos contratos de câmbio, bem como nos termos do acordo global. Os valores nacionalizados são atualizados pelo CDI acrescida de 2%. a.a., e contratos firmados com o F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP referente a renegociação dos contratos de antecipação de cessão de crédito recebido pela Companhia.

A Companhia assinou, em agosto de 2025, com o F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP uma repactuação com adicional de garantia ao contrato particular de confissão de dívida e

instituição de alienação fiduciária da marca em garantia e outras avenças onde solicitou a prorrogação dos pagamentos das parcelas em aberto, que inicialmente o vencimento final era em janeiro de 2028 e passou para janeiro de 2030, sem quaisquer atualizações e quaisquer outras penalidades referentes aos juros e multas de mora, o que foi aceito pelo credor com a condição de garantia adicional para referida dívida.

O contrato celebrado junto ao fundo F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP, descreve que o não pagamento de qualquer das parcelas implicará no vencimento imediato e antecipado do saldo devedor, que então será corrigido monetariamente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e aplicar-se-á multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de 1% e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o débito, no caso de cobrança amigável ou judicial. O contrato prevê ainda que o não pagamento de três parcelas ou resolvida antecipadamente a referida Repactuação de Dívida, o credor poderá tomar as medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis, sendo que promoverá a intimação da Companhia, pelo oficial do Cartório de Títulos e Documentos, para pagamento do débito existente acrescido de juros e demais encargos legais e contratuais, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem o pagamento do débito, o Credor poderá promover a venda extrajudicial da Marca Eluma.

- e) O Conselho de Administração aprovou em 06 de novembro de 2025, a realização, bem como os termos e condições da 8ª (oitava) emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada e em série única, nos termos da sua escritura de emissão, do artigo 59, da lei das sociedades por ações, do artigo 19, inciso "xv", do estatuto social da Companhia, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou qualquer esforço de colocação perante investidores indeterminados, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que se trata o artigo 19 da Lei nº 6.385/1976 e na Associação das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

As Debêntures serão subscritas por preço de emissão correspondente ao seu valor nominal unitário de R\$75, e não estão sujeitas a juros e atualização monetária. O montante total da emissão será de até 800 debêntures totalizando R\$60.000, na data de emissão, observada a possibilidade de colocação parcial sendo o montante mínimo de R\$30.000. As Debêntures serão obrigatoriamente conversíveis em ações ordinárias da Companhia.

Os Atuais Acionistas poderão exercer seu direito de preferência para a subscrição das Debêntures na proporção do número de ações de emissão da Companhia de que forem titulares, conforme o previsto no artigo 57, §1º, e no artigo 171, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e no Estatuto Social. O Direito de Preferência poderá ser exercido em prazo de 30 (trinta) dias a ser indicado no aviso aos acionistas dando ciência do período de exercício do Direito de Preferência, sem prejuízo da regulação da B3 e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre o tema.

Ao final do período de exercício do direito de preferência, a quantidade de sobras será determinada e rateada proporcionalmente entre os subscritores de Debêntures que tiverem manifestado sua intenção de subscrever sobras. Neste caso, novo aviso aos acionistas deverá ser publicado pela Companhia para dar ciência (i) do número total de Debêntures subscritas durante o período de exercício do direito de preferência, (ii) do início do prazo de 5 (cinco) dias úteis para a subscrição das sobras e (iii) do percentual de subscrição para o exercício das sobras.

A 8ª Emissão de Debêntures da Companhia alcançou o montante total de R\$ 32.775, sendo emitidas ao todo 437 (quatrocentas e trinta e sete) Debêntures, dentro do limite do capital

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

autorizado da Companhia, e em 23 de dezembro de 2025 o Conselho de Administração, homologou e ratificou a colocação parcial da 8ª Emissão de Debêntures da Companhia.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de novembro de 2027.

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

Controladora/Consolidado		
	2025	2024
2026.....	-	169.881
2027.....	43.518	153.167
2028.....	69	21.131
2029.....	81	10.132
2030 em diante.....	535	-
	44.203	354.311

Resumo da movimentação dos empréstimos no período

Controladora/Consolidado											
	2024	Entrada	Alteração do instrumento da dívida	Debêntures Emitidas	Desagio	Pgto Principal	Pgto Juros	Ajuste a valor justo	Juros / Multa	Var Camb / Var Monet	2025
Pré-pagamento de exportação -PPE	2.337.040	-	-	-	-	-	-	-	315.008	(234.993)	2.417.055
Financiamentos de comércio exterior -ACC	387.127	-	-	-	-	-	-	-	47.670	(38.354)	396.443
Antecipação Cessão de Credito	287.447	427.194	(142.589)	-	-	(398.653)	(38.119)	-	19.815	-	155.095
Antecipação Cessão de Credito-Recup. Judicial	1.231	-	-	-	(578)	-	-	-	54	-	707
DIP	-	-	276.608	-	-	(1.052)	(3.845)	-	40.990	-	312.701
Cédula de crédito bancário	183.782	-	-	-	-	-	-	-	21.914	(13.825)	191.871
Debêntures	-	-	-	32.775	-	-	-	-	-	-	32.775
Confissão de dívida	2.041.947	-	(134.019)	-	-	(8.793)	(19.646)	(153.499)	482.458	-	2.208.448
Custos de transação - reperfilamento	(21.496)	-	-	-	-	-	-	-	5.373	-	(16.123)
Empréstimos e Financiamentos	5.217.078	427.194	-	32.775	(578)	(408.498)	(61.610)	(153.499)	933.282	(287.172)	5.698.972

Abertura do endividamento por instituição financeira.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento	Taxas	2025 - BRL			2025 - USD	
					Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante	
					Principal	juros	Principal/Juros	Principal	juros
Contratados em Moeda BRL									
Antec. Cessão Cred.	F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP	Mensal	2026	2,6% a.m.	141.400	10.288	-	-	-
Antec. Cessão Cred.	Credit Partners F.I.D.C. não Padronizados	Mensal	2026	2,6% a.m.	2.907	-	-	-	-
Antec. Cessão Cred.	Libra FIDC Multissetorial - Banpar	Mensal	2026	2,7% a.m.	500	-	-	-	-
Antec. Cessão Cred. Rec. Jud.	Fundo Inv. Direitos Cred. Sifra	Mensal	2027 a 2031	IPCA	-	-	707	-	-
Debêntures			2027	n/a	17.775	-	15.000	-	-
Conf.Divida	Banco do Est do Rio Grance do Sul - Banrisul	Mensal	2024 a 2029	1% a.m. + TR	10.339	13.181	28.496	-	-
Conf.Divida	F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP	Mensal	2024 a 2030	2,13% a.m.	390.517	73.457	-	-	-
DIP	F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP	Mensal	2025 a 2040	CDI+2%a.a.	275.555	37.146	-	-	-
Conf.Divida	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+4,92%a.a.	373.543	461.498	-	-	-
Conf.Divida	Caixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	263.694	161.280	-	-	-
Conf.Divida	Scotiabank Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	150.141	95.298	-	-	-
Conf.Divida	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	122.186	64.818	-	-	-
Total contratados em moeda BRL					1.748.557	916.966	44.203	-	-
Contratados em Moeda USD									
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	21.569	10.153	-	3.920	1.860
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	151.653	76.799	-	27.561	14.080
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	44.903	21.137	-	8.161	3.873
ACC	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	46.549	23.680	-	8.460	4.342
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	209.788	127.191	-	38.127	23.332
PPE	Scotiabank	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	21.257	12.888	-	3.863	2.364
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	51.636	31.306	-	9.384	5.743
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	89.799	55.593	-	16.320	10.206
PPE	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	68.053	41.260	-	12.368	7.569
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	822.238	498.513	-	149.433	91.446
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	72.629	44.034	-	13.200	8.077
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	11.005	6.672	-	2.000	1.224
PPE	BPS Capital	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	138.235	83.810	-	25.123	15.374
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	119.452	72.419	-	21.709	13.285
Valor presente dos fluxos de caixa contratuais					-	31.148	-	-	5.661
Total contratados em moeda USD					1.868.766	1.136.603	-	339.629	208.436
Custos de transação - reperfilamento					(16.123)	-	-	-	-
Total					3.601.200	2.053.569	44.203	339.629	208.436

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total das dívidas renegociadas encontra-se integralmente classificado no passivo circulante, em função do não cumprimento de cláusulas de *covenants* do acordo global. A Companhia também está em atraso de parcelas dos contratos junto ao fundo F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP e em decorrência desse inadimplemento o saldo devedor da dívida passou a poder ser exigido de forma imediata e antecipada, a partir da data do vencimento, conforme previsto nas cláusulas contratuais. Consequentemente o montante reclassificado para o passivo circulante totalizou R\$2.168.430.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor contábil de R\$446.698 (R\$637.990 em 31 de dezembro de 2024, conforme Nota 12.3).

Covenants:

Em relação aos *covenants* financeiros, conforme o Quarto termo aditivo ao Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices:

a) Endividamento/Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado:

- igual ou inferior a 26 x em 31 de dezembro de 2021;
- igual ou inferior a 12,3 x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 9,1 x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 6,9 x em 31 de dezembro de 2024;
- igual ou inferior a 5,8 x em 31 de dezembro de 2025;
- igual ou inferior a 5,5 x em 31 de dezembro de 2026;
- igual ou inferior a 5,2 x em 31 de dezembro de 2027; e
- igual ou inferior a 4,9 x em 31 de dezembro de 2028.

b) Liquidez Corrente

A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

c) Limite mínimo de estoque e recebíveis

Entregar aos Credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro);

A Companhia não cumpriu os covenants de Endividamento / Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado e o de Liquidez Corrente nos últimos períodos, e está em negociações com os credores do Acordo Global com o intuito de obter novas condições mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

17. Salários e encargos sociais

		Controladora/Consolidado			
		2025		2024	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Provisões de férias		20.825	-	23.446	-
Participação nos lucros e resultados		23.109	-	23.315	-
Provisões de 13º salário		-	-	-	-
Previdência e Contribuição social	(b)	152.514	2.768	6.381	3.227
Fundo de garantia por tempo de serviço	(a)	22.175	7.414	10.861	8.787
Rescisões	(c)	14.703	-	-	-
Previdência privada		77	-	77	-
Recuperação Judicial		3.269	-	8.978	-
Outros		6.138	-	4.074	-
		242.810	10.182	77.132	12.014

a) A Companhia firmou parcelamento com a Caixa Econômica Federal para pagamento dos débitos referente ao Fundo de garantia por tempo de serviço referente aos meses de janeiro de 2023 a fevereiro de 2024 e está em processo de parcelamento do período de março de 2024 a dezembro de 2025. O prazo do parcelamento para empresas em recuperação judicial é de 100 meses.

b) A Companhia assinou termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial - Senai e com o Serviço Social da Indústria - Sesi para pagamento dos débitos referente ao Termo de Cooperação, com prazo de parcelamento em 60 meses.

O aumento significativo no ativo circulante foi motivado pelo cancelamento dos parcelamentos feitos junto ao INSS, reconhecidos anteriormente no grupo de "Impostos e contribuições a recolher", e os valores em atraso do exercício. Os valores reconhecidos estão atualizados com juros e multa de mora por atraso bem como a provisão dos honorários.

- c) A Companhia celebrou um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Dias D'Ávila e Região – STIM para redução de postos de trabalho na unidade de Dias d'Ávila. O acordo foi precedido de conversações entre as partes e seus procuradores, onde chegaram ao denominador comum e vantajoso para todos.

18. Impostos e contribuições a recolher

					Controladora	
					2025	2024
	Notas	Passivo circulante	Passivo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		5.182	-		743	-
Programa de integração social - PIS		1.044	-		162	-
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(a)	43.284	21.493		15.078	21.036
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	(d)	34.187	-		26.053	-
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		9.231	-		508	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.128	-		2.067	-
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços	(e)	33.692	-		1.380	-
Imposto sobre serviços - ISS		8.690	-		4.188	-
Impostos retidos - parcelados	(b)	6.933	14.281		13.977	82.713
Provisão de Impostos Drawback suspensão	(c)	572.081	-		473.481	-
Outros		2.453	-		160	-
		718.905	35.774		537.797	103.749

					Consolidado	
					2025	2024
	Notas	Passivo circulante	Passivo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		5.184	-		744	-
Programa de integração social - PIS		1.045	-		162	-
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(a)	43.284	21.493		15.078	21.036
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	(d)	34.187	-		26.053	-
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		9.231	-		508	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.128	-		2.067	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	1.982	-		-	-
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços	(e)	33.692	-		1.380	-
Imposto sobre serviços - ISS		8.690	-		4.188	-
Impostos retidos - parcelados	(b)	6.976	14.281		13.977	82.713
Provisão de Impostos Drawback suspensão	(c)	572.081	-		473.481	-
Outros		2.450	-		160	-
		720.930	35.774		537.798	103.749

- a) A Companhia aderiu junto a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo o acordo paulista que possibilitou parcelar os débitos de ICMS em 145 parcelas com redução de multa e juros, e aderiu ao REFIS junto ao SEFAZ da Bahia que possibilitou parcelar os débitos de ICMS da Bahia em 120 parcelas, com redução de multa e juros.

A Companhia possui também ICMS em atrasos totalizando R\$24.730, que será solicitado parcelamento em diversos estados.

- b) A Companhia requereu junto a Receita Federal o parcelamento de débitos tributários nas modalidades simplificado e empresas em recuperação judicial bem como parcelamento de débitos tributários junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A redução do valor parcelado se deve pelo cancelamento de alguns parcelamentos devido à falta de pagamento.
- c) A Companhia possui atos concessórios do regime de Drawback, vencidos, que contempla a suspensão dos Imposto de Importação, PIS e COFINS. Diante do atual cenário, a Companhia

não cumpriu as exportações e vai efetuar a nacionalização das mercadorias e pagamento de todos os tributos suspensos com os devidos acréscimos legais de multa e juros. O valor total do passivo reconhecido no balanço patrimonial é de R\$572.081, (líquido dos créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R\$707.461). é composto da seguinte forma: i) multa no total de R\$ 149.621; ii) Imposto de importação no valor de R\$40.647 e iii) juros Selic no valor de R\$381.813. Os juros Selic reconhecido no exercício foi de R\$98.601.

- d) A Companhia está pleiteando junto as Prefeituras de Santo André, Guarujá e de Dias D'Ávila a abertura de um parcelamento referente aos anos de 2023, 2024 e 2025. Os valores já estão atualizados com o reconhecimento de multas e juros de mora.
- e) O aumento ocorreu por conta do cancelamento de parcelamentos devido a falta de pagamentos das últimas parcelas, reabrindo assim a obrigação do imposto.

19. Provisão para demandas judiciais

19.1. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

Seguem saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de decisão desfavorável, definitiva.

				Controladora/Consolidado			
			2025	2024			
		Total de Contingencia	Depositos Judiciais	Provisões	Total de Contingencias	Depositos Judiciais	Provisões
Trabalhistas	(a)	120.360	(487)	119.873	90.891	724	91.615
Trabalhistas Recuperação Judicial	(a)	103.917	(4.560)	99.357	110.371	(7.135)	103.236
Cíveis	(b)	134.095	-	134.095	102.570	-	102.570
Cíveis Recuperação Judicial	(b)	14.351	-	14.351	11.455	-	11.455
Tributárias	(c)	608.961	-	608.961	601.784	(1.649)	600.135
Previdenciário		38.707	-	38.707	36.643	-	36.643
		1.020.391	(5.047)	1.015.344	953.714	(8.060)	945.654

a) As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia. Do valor total de contingências trabalhista, R\$103.917 faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe I - Créditos Trabalhista.

b) A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais. Do valor total de contingências cíveis, R\$14.351 faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

c) A provisão para os processos de natureza tributária consiste, principalmente, em processos que tratam da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no montante de R\$ 527.612 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 524.293 em 31 de dezembro de 2024), em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF – no bojo dos Recursos Extraordinários n.ºs 955227 e 949297, afetados sob o rito de repercussão geral, os quais tratam da cessação dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária quando proferida decisão posterior pela Suprema Corte em controle difuso ou concentrado.

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora/Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	227.854	564.973	30.024	34.826	857.677
Provisão (Reversão)	18.600	10.482	69.947	-	99.029
Atualização Monetária	14.425	24.650	14.694	1.817	55.586
Depósitos Judiciais	147	149	-	-	296
Baixas	(66.175)	(119)	(640)	-	(66.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	194.851	600.135	114.025	36.643	945.654
Provisão (Reversão)	12.406	(22.962)	9.587	-	(969)
Atualização Monetária	15.726	31.473	24.448	2.064	73.711
Depósitos Judiciais	1.365	1.648	-	-	3.013
Baixas	(5.118)	(1.333)	386	-	(6.065)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	219.230	608.961	148.446	38.707	1.015.344

19.2. Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas	1.105	4.531	1.105	4.531
Tributárias	774.962	737.486	775.425	737.856
Previdenciárias	10.229	10.775	10.229	10.775
Cíveis	1.889.685	637.906	1.889.685	637.906
	2.675.981	1.390.698	2.676.445	1.391.068

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, de natureza cível e tributária está comentado abaixo:

Multa isolada IPI e IRPJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação.

Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998.

Foi proferida sentença, em 24/08/2021, de total procedência nos autos dos Embargos à Execução Fiscal, reconhecendo a ilegitimidade da autuação nos termos acima mencionado e, atualmente, aguarda o julgamento do recurso de Apelação da União.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima um valor atualizado de R\$140.873 (R\$133.607 em 31 de dezembro de 2024), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível não é provisionado.

Ação de Execução – Banco Santos S/A

A ação tramita junto a 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sendo autuada sob o n.º 0204579-57.2007.8.26.0100 e objetiva a cobrança de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela Mamoré, Mineração e Metalurgia Ltda. tendo como avalista a Companhia.

Em 10 de agosto de 2009, foram opostos Embargos à Execução pelas executadas (processo 0184280-88.2009.8.26.0100), e diante da conexão existente com a Ação Declaratória n.º 0012921-12.2005.8.26.0100, movida pela Mamoré, Mineração e Metalurgia Ltda. foi determinada em 19 de dezembro de 2012 a suspensão dos embargos à execução.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima um valor atualizado de R\$131.155 (R\$120.792 em 31 de dezembro de 2024), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível não é provisionado.

Ação de Indenização - Bafertil - Bahia Fertilizantes Ltda.

A ação tramita junto a 1ª Vara Cível de Camaçari/BA, sendo autuada sob o n.º 0000900-17.2001.8.05.0039 e objetiva a condenação da Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes e da Companhia ao pagamento de indenização à Bafertil, por danos materiais e morais, supostamente causados em razão da recusa da Cibrafertil em fornecer matéria prima à autora, apesar dos pagamentos à vista e antecipados pelo produto.

Em 09 de dezembro de 2002, foi realizada audiência de conciliação em que (i) foi acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba; e (ii) foi deferida a realização de prova pericial. No entanto, em face da decisão que acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba, foi interposto Agravo de Instrumento, tendo sido deferido seu efeito suspensivo.

Em 08 de abril de 2003, a perita apresentou laudo pericial, sendo que em 09 de maio de 2006, foi realizada nova audiência. Em 10 de outubro de 2024, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados condenando ainda a autora ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência fixados em 5% sobre o valor da causa.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima um valor atualizado de R\$284.981 (R\$263.982 em 31 de dezembro de 2024), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível não é provisionado.

Cargill Incorporated

A Companhia esclarece que o aumento verificado no 4º trimestre de 2025 decorreu, principalmente, do registro de nova contingência relacionada à Ação de Execução nº 4039242-15.2025.8.26.0100, em trâmite perante a 8ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, proposta por Cargill Incorporated em face da Paranapanema. Ressalta-se que a obrigação subjacente já se encontrava refletida no passivo da Companhia no âmbito do Acordo Global. Contudo, o ajuizamento da referida ação ensejou o registro de contingência processual específica, classificada, até o presente momento, como passivo contingente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima um valor atualizado de R\$1.193.832, que por ser estimado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível não é provisionado.

Processos ativos com probabilidade de ganho provável

A Companhia é parte ativa em processos em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, foram considerados como prováveis de ganho, no valor de R\$44.856. Por tratar-se de processos ativos, estes valores não são contabilizados.

20. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Provisão despesas meio-ambiente	(a)	-	171	-	171
Créditos de clientes	(b)	1.710	1.032	1.710	1.059
Passivos relacionados a contratos de clientes	(c)	74.733	72.724	74.733	72.840
Serviços e honorários advocatícios	(d)	13.316	13.445	13.316	13.445
Partes Relacionadas	10.2	19.474	12.106	-	-
Provisões diversas	(e)	7.869	16.330	7.869	16.337
Comissões sobre vendas		6.886	6.511	7.049	6.668
Cargil	(f)	15.409	27.119	15.409	27.119
Outros		1.389	1.320	1.390	1.319
		140.786	150.758	121.476	138.958
Passivos relacionados a contratos de clientes		74.733	72.724	74.733	72.840
Outros passivos circulantes		31.170	51.817	31.334	52.007
Outros passivos não circulantes		34.883	26.217	15.409	14.111
		140.786	150.758	121.476	138.958

- Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.
- Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes para futura entrega de material.
- Refere-se a provisão de honorários advocatícios sobre êxito em processos distribuídos contra a Companhia.
- Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridos no período, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.
- Refere-se as debêntures da 2ª série, emitidas em 22 de setembro de 2017, que venceriam em 01 de setembro de 2023, porém em virtude do ingresso da Companhia em Recuperação Judicial em 30 de novembro de 2022, houve o vencimento antecipado das debêntures da 2ª Série, de modo que, passaram a compor a lista de créditos da Classe III do Quadro de Credores da Recuperação Judicial, sujeitos aos termos e condições de pagamento aprovados no Plano de Recuperação Judicial, passando a ser classificada como outros passivos circulantes.

21. Patrimônio líquido

d) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.245.638.681,26 (dois bilhões, duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos), dividido em 120.541.596 (cento e vinte milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$2.172.388.520,17 (dois bilhões, cento e setenta e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais e dezessete centavos), dividido por 69.562.472 (sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e setenta e dois) ações ordinárias, escriturais e sem valor.

O Aumento do capital ocorreu de acordo com os períodos de conversões estipulados no plano de recuperação judicial e no aumento do capital social por subscrição privada de ações, quando o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do Aumento de Capital da Companhia.

- Em 22 de fevereiro de 2024, por conta do encerramento do 1º período de conversão das ações, e com a rerratificação em 23 de setembro de 2024 para corrigir erro referente ao número total de ações emitidas e homologadas pela Companhia, na 1ª janela foi subscrito o montante de R\$58.861.539,71 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta um centavos), mediante a emissão de 12.418.101 (doze milhões, quatrocentos e dezoito mil e cento e uma) novas ações ordinárias.
- Em 21 de junho de 2024, por conta do encerramento do 2º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 26.063.162,34 (vinte e seis milhões, sessenta e três mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), mediante a emissão de 6.435.369 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentas e sessenta e nove) novas ações ordinárias.
- Em 18 de novembro de 2024, por conta do encerramento do 3º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 17.897.570,56 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos), mediante a emissão de 7.305.153 (sete milhões, trezentos e cinco mil, cento e cinquenta e três) novas ações ordinárias.
- Em 20 de março de 2025, por conta do encerramento do 4º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 6.565.283,60 (seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), mediante a emissão de 5.861.861 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.
- Em 23 de junho de 2025, por conta do encerramento do 5º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 10.545.928,23 (dez milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos), mediante a emissão de 4.905.089 (quatro milhões, novecentos e cinco mil e oitenta e nove) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.
- Em 18 de agosto de 2025, por conta do encerramento do 6º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 2.560.417,45 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), mediante a emissão de 1.103.631 (um milhão, cento e três mil e seiscentos e trinta e um) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O cobre transforma o mundo. **A Paranapanema transforma o cobre.**

- Em 28 de outubro de 2025, por conta do aumento do capital social por subscrição privada de ações, foi no montante de R\$ 53.578.531,81 (cinquenta e três milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos), mediante a emissão de 39.108.543 (trinta e nove milhões, cento e oito mil, quinhentas e quarenta e três) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Total	Qtde.	Capital Social
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.403.849	2.069.566.247,56
1ª Janela de Conversão		
Subscrição de Credores	12.282.475	58.218.672,47
Subscrição de Acionistas	135.626	642.867,24
2ª Janela de Conversão		
Subscrição de Credores	6.302.717	25.525.921,74
Subscrição de Acionistas	132.652	537.240,60
3ª Janela de Conversão		
Subscrição de Credores	7.248.115	17.757.827,51
Subscrição de Acionistas	57.038	139.743,05
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69.562.472	2.172.388.520,17
4ª Janela de Conversão		
Subscrição de Credores	3.575.256	4.004.286,00
Subscrição de Acionistas	2.286.605	2.560.997,60
5ª Janela de Conversão		
Subscrição de Credores	4.621.330	9.935.846,38
Subscrição de Acionistas	283.759	610.081,85
6ª Janela de Conversão		
Subscrição de Credores	1.055.114	2.447.858,01
Subscrição de Acionistas	48.517	112.559,44
Antes da Capitalização dos Créditos Não Sujeitos à RJ		
Subscrição de Credores	38.864.742	53.244.524,44
Subscrição de Acionistas	243.801	334.007,37
Saldo em 31 de dezembro de 2025	120.541.596	2.245.638.681,26

Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia.

	%	2025		%	2024
YAP Investimentos Ltda	9,373	11.298.193	YAP Investimentos Ltda	17,345	12.065.486
LEXPAY Investimentos Ltda	8,477	10.218.409	Caixa Econômica Federal	10,095	7.022.106
Caixa Econômica Federal	5,825	7.022.106	Serenity BR B Fudos de Inves	6,159	4.284.300
Daycoval Seguros S.A.	3,633	4.379.563	Mineração Buritirama S.A.	5,389	3.749.000
Serenity BR B Fudos de Investimentos	3,554	4.284.300	Hartree Partners LP -Citibank	4,519	3.143.430
Luiz Barsi Filho	3,513	4.235.000	Silvio Tini de Araujo	4,427	3.079.500
Mineração Buritirama S.A.	3,110	3.749.000	Luiz Barsi Filho	3,925	2.730.000
Ações em Tesouraria	0,001	1.441	Ações em Tesouraria	0,002	1.441
Mercado	62,513	75.353.584	Mercado	48,140	33.487.209
Quantidade de Ações		120.541.596	Quantidade de Ações		69.562.472

O principal acionista, YAP Investimentos Ltda, atua como comissária mercantil no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia, e representa os credores que converteram seus créditos em ações da Companhia.

e) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo

também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

f) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%).

g) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

Nos exercícios em que a Companhia apura prejuízo líquido ou possui prejuízos acumulados, não há constituição de reserva legal, uma vez que a legislação societária estabelece que a destinação de lucros somente pode ocorrer após a absorção integral dos prejuízos acumulados, conforme disposto no artigo 189 da referida lei.

h) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa era de R\$1 no encerramento dos exercícios.

i) Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

j) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o saldo da conta Reserva do Custo Atribuído que se refere a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão, do imposto de renda diferido que foi registrado por ocasião da contabilização do custo atribuído e pela contribuição social diferida

reconhecida no atual período em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297.

k) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no valor unitário de R\$0,70, correspondia em 31 de dezembro de 2025 a R\$84.379 (valor unitário de R\$1,01, totalizando R\$70.258 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2025, um patrimônio líquido negativo, passivo a descoberto, de R\$7.544.086 (R\$6.285.846 negativo em 31 de dezembro de 2024), sendo o valor patrimonial das ações de R\$-60,63 (R\$-90,36 em 31 de dezembro de 2024).

l) Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Paranapanema., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2025	2024
Prejuízo básico por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(1.331.490)	(2.138.610)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	98.116.039	52.907.148
Prejuízo básico por ação - ordinária	(13,57056)	(40,42195)
Prejuízo diluído por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(1.331.490)	(2.138.610)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	98.116.039	52.907.148
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(13,57056)	(40,42195)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

m) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal e reserva de contingências, conforme preconizado pela legislação societária.

22. Receita líquida de vendas

a) Abertura da receita líquida

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas	693.167	578.280
Mercado interno	628.791	554.382
Mercado externo	64.376	23.898
Impostos e Deduções de Vendas	(130.732)	(118.354)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(8.766)	(9.400)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	(62.838)	(55.265)
Programa de integração social - PIS	(8.491)	(7.620)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(39.108)	(35.097)
Demais deduções sobre vendas	(12.150)	(10.972)
Receita líquida de vendas	562.435	459.926
Receita Líquida MI	499.500	441.318
Receita Líquida ME	62.935	18.608
	562.435	459.926

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no exterior

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
América	63.839	20.424
Europa	537	2.772
	64.376	23.898

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo do Metal	(445.811)	(241.541)	(445.811)	(241.541)
Pessoal	(182.681)	(168.154)	(182.901)	(168.378)
Depreciação	(79.759)	(86.628)	(79.759)	(86.628)
Amortização direito de uso de ativo	(5.593)	(7.103)	(5.593)	(7.103)
Energia Elétr/Agua/Gas/Comb. e Lubrif	(57.726)	(51.075)	(57.726)	(51.075)
Serviços de terceiros	(36.296)	(53.643)	(36.296)	(53.725)
Manutenção	(7.164)	(20.440)	(7.164)	(20.440)
Aluguéis	(4.347)	(4.701)	(4.347)	(4.701)
Assuntos instit. e legais	(25.782)	(26.401)	(25.774)	(26.413)
Informática/Telecomunicação	(7.036)	(6.025)	(7.036)	(6.025)
Outras despesas	(17.031)	(26.203)	(17.031)	(26.203)
Despesas de viagem	(459)	(369)	(459)	(369)
Vendas e marketing	(532)	(386)	(539)	(393)
Participação nos resultados	(9.665)	(5.189)	(9.665)	(5.189)
Honorários da administração	(7.038)	(7.547)	(7.038)	(7.547)
	(886.920)	(705.405)	(887.139)	(705.730)
Custo dos produtos vendidos	(795.622)	(623.528)	(795.622)	(623.528)
Despesas comerciais	(8.625)	(9.683)	(8.632)	(9.693)
Despesas gerais e administrativas	(82.673)	(72.194)	(82.884)	(72.509)
	(886.920)	(705.405)	(887.138)	(705.730)

A Companhia apurou ociosidade no montante de R\$192.347 em 2025, (R\$200.900 em 2024) e

está classificada dentro da linha de Custo dos produtos vendidos.

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do resultado por função e, dessa forma, deve divulgar em nota explicativa as despesas por natureza. Nesse caso os custos de ociosidade não são identificados, uma vez que são apresentados dentro do valor de sua correspondente natureza.

a) Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como "Pessoal Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	2025				2024			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	2.075	3.134	497	5.706	2.625	3.011	481	6.117
Benefícios	188	-	-	188	207	-	-	207
Encargos sociais	418	627	99	1.144	525	602	96	1.223
Remuneração fixa	2.681	3.761	596	7.038	3.357	3.613	577	7.547
	2.681	3.761	596	7.038	3.357	3.613	577	7.547
Bônus (ICP/ILP)	3.890	-	-	3.890	1.102	-	-	1.102
Encargos sociais	2.503	-	-	2.503	220	-	-	220
Remuneração Variável	6.393	-	-	6.393	1.322	-	-	1.322
Valor Total da remuneração	9.074	3.761	596	13.431	4.679	3.613	577	8.869

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

24. Outras receitas (despesas)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Recuperações de impostos		34.376	6.446	34.376	6.446
Receita de venda de energia		212	355	212	355
Reversão de outras perdas estimadas		3.232	-	3.232	-
Recuperações diversas		1.499	765	1.500	765
Vendas diversas		483	205	483	205
Recebimento multa contratual		-	854	-	854
Locação de imóveis e equiptos.		172	164	172	164
Lucros e Dividendos		110	83	110	83
Vendas de sucatas		356	294	356	294
Reversao provisão para demandas judiciais tributária	19	23.149	-	23.149	-
Outras receitas		1.391	984	1.454	985
Total de outras receitas		64.980	10.150	65.044	10.151
Provisão para demandas judiciais	19	(22.181)	(99.029)	(22.181)	(99.029)
Indenizações trabalhistas		(27.246)	(1.990)	(27.246)	(1.990)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(2.369)	(409)	(2.370)	(409)
Despesas negociação de energia		(2.552)	(3.032)	(2.552)	(3.032)
Provisão de Honorários de Êxito		(2.967)	(7.163)	(2.967)	(7.163)
Custo ativo imobilizado baixado		-	(2.062)	-	(2.062)
Multas por auto por atraso		(33.358)	(14.438)	(33.367)	(14.466)
Provisão multas por atrasos parcela divida		(1.666)	(69.739)	(1.666)	(69.739)
Custo das vendas diversas		(34)	(8)	(34)	(8)
Provisão / reversão perda ativo imobilizado	12	(246.980)	1.961	(246.980)	1.961
Provisão outras perdas		(18)	(46)	(18)	(46)
Provisão perda ICMS base calculo PIS/COFINS	08.a	-	(3.773)	-	(3.773)
Baixa credito Brasilprev	09.1.b	-	(1.352)	-	(1.352)
Outras despesas		(316)	(2.556)	(313)	(2.598)
Total de outras despesas		(339.687)	(203.636)	(339.694)	(203.706)
Total de outras, líquidas		(274.707)	(193.486)	(274.650)	(193.555)

25. Receitas (despesas) financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Variação cambial	(a)	(32.031)	(646.311)	(32.031)	(646.311)
Despesa de juros		(1.177.726)	(1.030.865)	(1.177.731)	(1.033.637)
Ajuste a valor presente		(588)	(643)	(588)	(643)
Despesas bancárias / IOF		(1.746)	(4.519)	(1.753)	(4.526)
Variação monetária passiva		(86.848)	(72.428)	(86.848)	(72.428)
Outras despesas financeiras		(19.723)	(15.204)	(25.490)	(15.268)
Total das despesas financeiras		(1.318.662)	(1.769.970)	(1.324.441)	(1.772.813)
Variação cambial	(a)	349.223	25.276	349.223	25.276
Ajuste a valor justo	(b)	153.499	-	153.499	-
Receita de juros		7.190	20.639	7.340	22.004
Variação monetária ativa		16.607	11.266	17.132	11.381
Outras receitas financeiras	(c)	74.212	287	74.355	287
Total das receitas financeiras		600.731	57.468	601.549	58.948
Total resultado financeiro		(717.931)	(1.712.502)	(722.892)	(1.713.865)

- a) Variação Cambial: Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US\$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva.
- b) A Companhia seguindo as orientações estabelecidas no CPC 48 (IFRS 9) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida

junto ao F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP, nota 16.d, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, mas os fluxos de caixa presentes descontados do passivo original diferem 10% ou mais (calculados usando a taxa de juros efetiva original), e sendo a modificação considerada substancial a Companhia desreconheceu o passivo original e reconheceu um novo passivo financeiro pelo seu valor justo na data da modificação, sem impacto direto em caixa. O ganho resultante do desreconhecimento (diferença entre o valor contábil do passivo original e o valor justo do novo passivo) foi reconhecido no resultado financeiro do período, sendo esse ganho de natureza não recorrente.

- c) A maior parte do saldo, no montante de R\$65.245 em 31 de dezembro de 2025, se refere ao deságio obtido junto aos credores no âmbito do processo de Recuperação Judicial da Companhia. Referido deságio foi reconhecido no resultado do exercício, após o encerramento da 6ª janela de conversão, na rubrica outras receitas financeiras, como ganho decorrente da renegociação de passivos financeiros, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Nota	2025			2024		
		Controladora	Controlada CDPC	Consolidado	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado
Aliquota		34%	34%		34%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais		8.912.193	33.269	8.945.462	7.262.990	33.735	7.296.725
IR s/ Prejuízo Fiscal		3.030.146	11.312	3.041.458	2.469.417	11.470	2.480.887
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais		(3.030.146)	(11.312)	(3.041.458)	(2.469.417)	(11.470)	(2.480.887)
IR s/ Prejuízo Fiscal	a)	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais líquidas		165.059	-	165.059	484.667	-	484.667
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		40.508	1.007	41.515	52.605	1.007	53.612
Provisão para perda/impairment Imobilizado		249.923	-	249.923	-	-	-
Provisão para demandas judiciais		1.020.391	-	1.020.391	953.713	(50.506)	903.207
Perdas estimadas (reversão) valor recuperável dos estoques		161.007	-	161.007	36.897	-	36.897
Perdas estimadas Impostos a Recuperar		10.277	-	10.277	437.641	43.816	481.457
Perdas estimadas diversas		-	-	-	544	-	544
Reversões instrumentos financeiros e outros		38.330	162	38.492	49.956	165	50.121
Provisão ajuste valor justo / valor presente		(8.165)	-	(8.165)	(1.361)	-	(1.361)
Total diferenças temporárias		1.677.330	1.169	1.678.499	2.014.662	(5.518)	2.009.144
IR s/ diferenças temporárias		570.292	397	570.689	684.985	(1.876)	683.109
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	b)	(570.292)	(119)	(570.411)	(684.985)	562	(684.423)
IR s/ diferenças temporárias	b)	-	278	278	-	(1.314)	(1.314)
IR e CS diferidos		-	278	278	-	(1.314)	(1.314)
IR s/ Reserva de Custo Atribuído	c)	(54.119)	-	(54.119)	(55.991)	-	(55.991)
		(54.119)	278	(53.841)	(55.991)	(1.314)	(57.305)
Ativo não-circulante		-	278	278	-	-	-
Passivo não-circulante		54.119	-	54.119	55.991	1.314	57.305

- a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$8.945.462 (R\$7.296.725 em 31 de dezembro de 2024), que gera um montante de R\$3.041.458 de imposto de renda e contribuição social diferidos, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia não reconheceu o valor total dos ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, exceto

o ganho obtido com a redução da dívida, pela pessoa jurídica no âmbito de processo de recuperação judicial, não se sujeitará ao limite percentual.

- b) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrados, na rubrica de “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto. A Companhia considera uma provisão para perda de R\$570.411 sobre ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias.
- c) A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a.

Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.321.000)	(2.153.245)	(1.322.245)	(2.153.224)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda sobre lucro	(449.140)	(732.103)	(447.398)	(732.096)
Adições permanentes	2.287	(3.910)	2.283	(3.927)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	3.068	3.356	3.068	3.356
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.113)	(1.108)	(4.113)	(1.143)
Provisão para perda/Impairment Imobilizado	81.722	-	81.722	-
Provisão para demandas judiciais	22.670	(105.001)	39.842	(105.001)
Perdas estimadas Impostos a Recuperar	(145.304)	450	(160.201)	450
Outras provisões dedutíveis	36.747	15.644	36.747	15.647
Variação cambial líquida (regime caixa)	(108.667)	194.956	(108.667)	194.956
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	-	156	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(12.362)	12.362	(12.362)	12.362
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	1.873	2.273	1.873	2.273
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	560.729	627.716	557.805	627.737
Outros				
Crédito de imposto de renda	(10.490)	14.635	(9.245)	14.614
Imposto de renda do exercício corrente	-	-	(246)	-
Contribuição social do exercício corrente	-	-	(98)	-
Impostos correntes	-	-	(344)	-
Imposto de renda e Contribuição social diferida	(12.362)	12.362	(10.773)	12.341
Imposto de renda/CSL diferido sobre reserva de reavaliação	1.872	2.273	1.872	2.273
Impostos Diferidos	(10.490)	14.635	(8.901)	14.614
Crédito de IR e CS	(10.490)	14.635	(9.245)	14.614
Taxa efetiva total	0,79%	-0,68%	0,70%	-0,68%
Taxa efetiva corrente	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%

27. Segmentos operacionais

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

28. Instrumentos financeiros

28.1 Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

A Comissão de Riscos da Companhia acompanha as políticas de gestão de risco de mercado e garante que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, a referida Comissão monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.

- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

28.2 Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

28.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Saldo em 31 de dezembro de 2025		Consolidado			
	Notas	Valor Contábil		Valor Justo	
		Ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	2.166	2.166	-	-
Aplicações financeiras	05	39.287	39.287	-	-
Contas a receber de clientes	06	10.275	10.275	-	-
Total dos ativos		51.728	51.728	-	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	832.505	832.505	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	14.805	14.805	-	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	74.733	74.733	-	-
Créditos de Clientes	20	1.710	1.710	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	5.698.972	5.698.972	-	-
Total dos passivos		6.622.725	6.622.725	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2024					Consolidado	
			Valor Contabil		Valor Justo	
	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	8.524	8.524	-	-
Aplicações financeiras	05	-	33.920	33.920	-	-
Banco Conta vinculada	05	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	06	-	2.129	2.129	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	196	-	196	196	196
Total dos ativos		196	44.573	44.769	196	196
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	795.439	795.439	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	21.165	21.165	-	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	72.840	72.840	-	-
Créditos de Clientes	20	-	1.059	1.059	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	5.217.078	5.217.078	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	-	-
Total dos passivos		-	6.107.581	6.107.581	-	-

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos seus valores contratuais ajustados pelos fluxos de caixa descontados. A Companhia considera que todos os instrumentos financeiros que são reconhecidos em suas demonstrações financeiras, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos.

Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29).

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

28.4 Riscos de mercado

28.4.1 Risco cambial

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em dólares americanos) que estão expostas a riscos de mudanças nas respectivas cotações. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é a seguinte:

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	US\$	16	172
Contas a receber de clientes	US\$	426	401
Fornecedores	US\$	(61.344)	(53.640)
Empréstimos e financiamentos	US\$	(548.065)	(469.607)
Instrumentos financeiros derivativos	US\$	-	32
Passivos relacionados a contratos de clientes	US\$	(1.367)	(1.242)
Exposição líquida total	US\$	(610.334)	(523.884)

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, *zero cost collar* e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar). Atualmente a Companhia não tem instrumentos derivativos contratados para proteção da exposição cambial no fluxo de caixa.

28.4.2 Risco de taxas de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da Libor e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo esses ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge/ swap contra a exposição desses riscos de mercados. A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado	
		2025	2024
Aplicações Financeiras	CDI	41.089	36.058
Empréstimos e financiamentos	Sofr 6M	(2.974.221)	(2.856.628)
Empréstimos e financiamentos	TR	(52.016)	(50.971)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(2.005.159)	(1.300.819)
Exposição líquida total		(4.990.307)	(4.172.360)

28.4.3 Risco de *commodities*

A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange* e *London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

Atualmente a Companhia não tem instrumentos contratados para proteção da exposição ao risco das *commodities*.

28.4.4 Análise de sensibilidades

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

					Controladora/Consolidado			
	Nocional	Unid.	Taxa	Cenário	Cenário Baixa		Cenário Alta	
					25%	50%	25%	50%
Impacto no resultado								
Risco Cambial								
Caixa e equivalentes de caixa	16	US\$	5,5024	88	(22)	(44)	22	44
Contas a receber de clientes	426	US\$	5,5024	2.344	(586)	(1.172)	586	1.172
Fornecedores	(61.344)	US\$	5,5024	(337.539)	84.385	168.769	(84.385)	(168.770)
Empréstimos e financiamentos	(548.065)	US\$	5,5024	(3.015.673)	753.918	1.507.837	(753.918)	(1.507.836)
Passivos relacionados a contratos de clientes	(1.367)	US\$	5,5024	(7.522)	1.881	3.761	(1.880)	(3.761)
Total	(610.334)			(3.358.302)	839.576	1.679.151	(839.575)	(1.679.151)
Risco de taxa de juros								
Aplicações Financeiras	41.089	CDI	14,9%	6.122	(1.531)	(3.061)	1.531	3.061
Empréstimos e financiamentos	(2.974.221)	Sofr 6M	5,40%	(160.608)	40.152	80.304	(40.152)	(80.304)
Empréstimos e financiamentos	(52.016)	TR	0,17%	(88)	22	44	(22)	(44)
Empréstimos e financiamentos	(2.005.159)	CDI	14,9%	(298.769)	74.692	149.384	(74.692)	(149.384)
Total	(4.990.307)			(453.343)	113.336	226.671	(113.336)	(226.671)

28.5 Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	362	6.384	2.166	8.524
Aplicações Financeiras	05	39.287	33.920	39.287	33.920
Contas a receber de clientes	06	10.275	2.416	10.275	2.129
Outros Ativos	09.1	108.381	65.004	107.864	63.833
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	-	196	-	196
		158.305	107.920	159.592	108.602

28.6 Risco de liquidez

- A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos.
- O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados nas taxas de juros dos contratos vigentes.

				Consolidado	
	Notas	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos
Passivos					
Empréstimos e Financiamentos	16	(5.698.972)	(5.654.769)	-	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(74.733)	(74.733)	-	-
Passivo de Arrendamento	15	(4.331)	(2.986)	(1.218)	(845)
Créditos de Clientes	20	(1.710)	(1.710)	-	-
Fornecedores	13	(832.505)	(651.363)	(181.142)	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(14.805)	(9.021)	(1.392)	(3.872)
		(6.627.056)	(6.394.582)	(183.752)	(4.717)

28.7 Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	16	5.698.972	5.217.078	5.698.972	5.217.078
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	14.805	21.165	14.805	21.165
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	-	(196)	-	(196)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(362)	(6.384)	(2.166)	(8.524)
(-) Aplicações financeiras	05	(39.287)	(33.920)	(39.287)	(33.920)
(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos		5.674.128	5.197.743	5.672.324	5.195.603
Patrimônio líquido	21	(7.544.086)	(6.285.846)	(7.544.086)	(6.285.846)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	105.054	108.689	105.054	108.689
Total Capital Próprio		(7.649.140)	(6.394.535)	(7.649.140)	(6.394.535)
Quociente de alavancagem		-287,30%	-434,31%	-286,94%	-433,35%

29. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Até 1 Ano	12.349	11.761
de 2 a 3 anos	26.581	25.316
acima de 3 anos	18.048	31.664
	<u>56.978</u>	<u>68.741</u>

30. Plano de remuneração variável

30.1 - Termos e condições gerais

a) Beneficiários:

Alguns Executivos da Companhia, conforme o quanto contratado, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas.

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

b) Condições para exercício:

O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo.

- I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso.
- II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%.

c) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento.

d) Forma de liquidação:

A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

31. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

a) Transações das atividades operacionais, de investimento e financiamento que não envolvem caixa

	2025	2024
Atividades Operacionais	69.633	87.469
Fornecedores	49.680	24.410
Provisão para demandas judiciais	-	61.744
Salários e encargos sociais	14.829	1.315
Passivos relacionados a contratos de clientes	5.124	-
Atividades de investimento	(69.633)	(87.469)
Aumento de capital	(69.633)	(87.469)
Atividades de financiamento	-	-

32. Eventos subsequentes

Reenquadramento do preço das ações

Em 8 de janeiro de 2026, a Companhia fez um comunicado ao mercado acerca do desenquadramento do valor de cotação mínimo de suas ações ordinárias (PMAM3), que têm sido negociadas no mercado de balcão organizado abaixo de R\$ 1,00 (um real) desde o dia 13 de novembro de 2025. Neste sentido, a B3 solicitou que a Companhia divulgue os procedimentos e o cronograma a serem adotados para reenquadramento do preço de cotação de suas ações, que deverá ocorrer até o dia 02 de julho de 2026.

Em atenção a tal comunicação, a Companhia informou que está avaliando as alternativas devidas em um esforço conjunto de seus órgãos de governança e adotará as medidas necessárias para

promover tal reenquadramento dentro do prazo determinado para tanto, considerando-se a evolução da execução de sua atual estratégia de negócios.

Aumento de capital social

Em 9 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 3.586.957 (três milhões, quinhentas e oitenta e seis mil, novecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 5º, §4º, do Estatuto Social. A homologação do referido aumento de capital foi formalizada em 14 de janeiro de 2026.

Adicionalmente, em 6 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração homologou novo aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 15.326.089 (quinze milhões, trezentas e vinte e seis mil e oitenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, igualmente dentro do limite do capital autorizado e em conformidade com o disposto no artigo 5º, §4º, do Estatuto Social.

Os referidos aumentos de capital decorrem da conversão de parcela das debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da sua 8ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, conforme Instrumento Particular de Escritura de Emissão celebrado em 11 de novembro de 2025 ("Debêntures da 8ª Emissão" e "Escritura de Emissão"). As conversões foram realizadas em atendimento às notificações de solicitação de conversão recebidas pela Companhia, nos termos e condições previstos na respectiva escritura.

8ª Janela de Conversão

Conforme comunicado ao mercado de 04 de fevereiro de 2026, a Companhia iniciou a 8ª Janela do Pedido de Conversão, durante a qual os credores da Companhia poderão manifestar eventual interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia, ao preço de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos) por ação, nos termos da cláusula 11 do seu Plano de Recuperação Judicial. A 8ª Janela do Pedido de Conversão, incluída no 3º aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado em 04/12/2025, permanecerá aberta para recebimento de manifestações dos credores até o dia 13/02/2026, inclusive.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos conselheiros e diretores da

Paranapanema S.A. – em recuperação judicial

Dias d'Ávila - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com as controladas CDPC –

Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda em 30 de novembro de 2022, aprovado pela assembleia de credores em 24 de agosto de 2023 e homologada pelo juiz da recuperação judicial em 16 de novembro de 2023 e aditado em 30 de setembro de 2024, 17 de março de 2025 e 24 de outubro de 2025. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos consolidados de R\$ 1.331.490 mil e, naquela data, o passivo circulante individual excedeu o ativo circulante individual em R\$ 7.189.075 mil, enquanto o passivo circulante consolidado excedeu o ativo circulante consolidado em R\$ 7.187.535 mil. Essas condições, juntamente com a inadimplência da dívida do Acordo Global e a restrição relevante de caixa, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende não somente do cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado, mas também da renegociação das dívidas financeiras relacionadas ao acordo Global que não estão sujeitas a tal plano, bem como de estratégias de geração de caixa e obtenção de recursos de terceiros que não são controláveis pela administração da Companhia. Os planos da administração da Companhia sobre esse assunto estão descritos na mesma nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.”

Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados

Veja as Notas 4.K e 12.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas possuem no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 saldos de ativo imobilizado no montante de R\$615.442 mil. Considerando o atual cenário operacional da Companhia e de suas controladas, caracterizado por dificuldades na obtenção de financiamento para suportar suas operações e na geração de lucros e fluxos de caixa, a Administração avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”). A Companhia avaliou a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos com base no valor justo líquido de despesas de venda, considerando, substancialmente, cotações de mercado para reposição dos ativos similares. Essas estimativas envolvem julgamentos significativos por parte da Administração, incluindo a obtenção de cotações para aquisição de ativos novos, iguais ou similares, a estimativa das despesas de venda aplicáveis, bem como a consideração da idade operacional dos ativos,	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas nos cálculos de valor em uso, incluindo projeções de fluxos de caixa, premissas operacionais e taxas de desconto, considerando o plano de recuperação judicial; • Avaliação da metodologia utilizada para a estimativa do valor justo menos despesas de venda dos ativos individuais, incluindo a consistência das premissas de mercado e dos custos estimados de alienação; • Envolvimento de nossos especialistas em avaliação para auxiliar na análise dos modelos e premissas utilizados; • Testes da integridade matemática dos cálculos e realização de análises de sensibilidade sobre as premissas mais relevantes; e • Avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras,

da vida útil econômica estimada e de seus valores residuais, os quais são ajustados por meio de curvas ou funções matemáticas de depreciação.

Devido às incertezas inerentes a esse processo e ao impacto na estimativa do valor recuperável, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

especialmente no que se refere aos critérios utilizados para determinação do valor recuperável e às principais fontes de incerteza.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor recuperável dos ativos imobilizados, os quais foram registrados e divulgados pela administração.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração no processo de mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos

responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Hildebrando Oliveira de Abreu Filho

Contador CRC BA-029520/O-7

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas elaborado pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos cumprem com as normas vigentes e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André (SP), 30 de março de 2026.

Marcos Reinaldo Severino Peters
Presidente do Conselho Fiscal

Jailton Zanon da Silveira

Willian de Mello Magalhães Junior

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria não estatutário da Paranapanema S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Paranapanema”), instituído pelo Conselho de Administração em 14 de julho de 2010, tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração em questões estratégicas, com foco em gestão e controle, qualidade e integridade dos relatórios financeiros, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*, acompanhamento das atividades dos auditores internos e independentes, e incentiva continuamente a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa.

Atualmente sua composição conta com 3 (três) membros integrantes do Conselho de Administração, sendo 1 (um) designado como coordenador.

O Gerente de Auditoria Interna, de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, assim como o Diretor Jurídico da Companhia, participam do Comitê de Auditoria na qualidade de convidados.

As principais competências e atribuições do Comitê de Auditoria, desempenhadas pelos seus membros, são as descritas a seguir e estão detalhadas em seu Regimento Interno, não obstante o de outras funções e análise de temas específicos quando solicitado pelo Conselho de Administração:

- (i) Supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros da Companhia.
- (ii) Exame da aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias.
- (iii) Exame da adequação dos processos relativos à gestão de riscos e controles internos.
- (iv) Supervisão das atividades dos auditores independentes das demonstrações financeiras e dos auditores internos.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2014, e sua última revisão foi realizada em 22 de fevereiro de 2024.

II. REUNIÕES, ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025

O Comitê de Auditoria realiza reuniões ordinárias, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e sempre que necessário, mediante a convocação prévia pelo seu coordenador ou do Conselho de Administração.

No ano exercício social de 2025, foram realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias, com o principal escopo de:

- (i) Analisar a proposta do plano anual de trabalho da área de Auditoria Interna;
- (ii) Acompanhar o andamento dos trabalhos da área de Auditoria Interna, conforme cronograma previsto no plano anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- (iii) Acompanhar as atividades das áreas de Controles Internos, Riscos e *Compliance*;
- (iv) Examinar os planos de trabalho e de auditoria, gestão de riscos e não conformidades, assim como o monitoramento e indicadores gerais, das áreas que atuam como 2ª Linha de Defesa em Governança Corporativa, quais sejam:
 - (a) Sistema de Gestão Integrada em Qualidade
 - (b) Saúde, Segurança e Meio Ambiente
 - (c) Segurança da Informação
 - (d) Segurança Patrimonial
- (v) Analisar as denúncias e respectivos processos de investigação e tratamento, recebidas no canal de denúncias da Companhia, denominado “Linha Ética”;
- (vi) Analisar, recomendar e emitir parecer, conforme o caso, sobre as informações financeiras periódicas trimestrais e anuais da Companhia;
- (vii) Analisar, trimestralmente, as contingências da Companhia;
- (viii) Analisar o plano de trabalho dos auditores independentes das demonstrações financeiras do exercício social de 2025;

- (ix) Examinar a Carta de Controles Internos, emitida pelos auditores independentes nas demonstrações financeiras do exercício social de 2024;
- (x) Avaliar o Formulário de Referência e Informe de Governança Corporativa referentes ao exercício de 2025;
- (xi) Acompanhar os processos adotados pela Companhia em relação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, em especial as atividades da Comissão de Proteção de Dados;
- (xii) Acompanhar o Plano de Recuperação Judicial;
- (xiii) Avaliar a implementação e revisão de normativos internos da Companhia.

O coordenador do Comitê de Auditoria reporta mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração, os principais temas analisados e discutidos.

Nas matérias de ordem deliberativas das reuniões do Conselho de Administração, que são objeto de exame prévio do Comitê de Auditoria, há o reporte do posicionamento e discussões havidas no âmbito do comitê, assim como a sua recomendação ao Conselho de Administração.

Ao longo do exercício social de 2025, o Comitê de Auditoria examinou as seguintes matérias, recomendando o seu respectivo posicionamento ao Conselho de Administração:

- (i) Aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais relativas ao ano de 2025;
- (iii) Aprovação do Plano da Auditoria Interna para o ano de 2025;
- (iv) Manifestação favorável ao Formulário de Referência e Informe de Governança Corporativa 2025;
- (v) Aprovação dos resultados da atualização da Análise Geral de Riscos para o ano de 2025;
- (vi) Aprovação do Calendário de Eventos Corporativos de 2026.

O Comitê de Auditoria emite, adicionalmente, relatório trimestral ao Conselho de Administração, cujo reporte é realizado em pauta específica para acompanhamento das atividades e endereçamento das recomendações gerais do comitê.

III. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros, em especial as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e o acompanhamento dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da KPMG Auditores Independentes e da auditoria interna, considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, suportado pelo relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2025.

Santo André (SP), 30 de março de 2026.

Rafael de Oliveira Morais
Conselheiro de Administração
Coordenador do Comitê de Auditoria

Marcelo Munhoz Auricchio
Conselheiro de Administração
Membro do Comitê de Auditoria

Ricardo Vieira Coutinho
Conselheiro de Administração
Membro do Comitê de Auditoria

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 27, §1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria Estatutária, representada pelos abaixo assinados, declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia “controladora e consolidado”, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Dias D’Ávila, 30 de março de 2026

Diretor Presidente

Vitor Eduardo de Almeida Saback

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Vaz Bonini

Diretor Jurídico

Álvaro André Vieira Cunha

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 27, §1º, inciso V da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria Estatutária, representada pelos abaixo assinados, declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório emitido em 30 de março de 2026 pela KPMG Auditores Independentes da Companhia e de suas Controladas, com relação as Informações Trimestrais da Companhia "controladora e consolidado" referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Dias d'Ávila, 30 de março de 2026

Diretor Presidente

Vitor Eduardo de Almeida Saback

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Vaz Bonini

Diretor Jurídico

Álvaro André Vieira Cunha